

Sexta-feira, 27 de Fevereiro de 1981



# DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 1981

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

**Secretários:** Ex.<sup>mo</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Alfredo Pinto da Silva

António Mendes de Carvalho

José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMARIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 40 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta do expediente, de requerimentos e de respostas a requerimentos.

Em declaração política, o Sr. Deputado César Oliveira (UEDS), referiu-se à tentativa de golpe de Estado ocorrido em Espanha. Respondeu no fim a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Costa Pereira (PSD) e António Moniz (PPM) que, por sua vez, suscitaron protestos dos Srs. Deputados Manuel Alegre (PS) e Mário Tomé (UDP).

Tendo sido apresentados vários votos condenando a tentativa de golpe de Estado em Espanha, foi decidido nomear uma comissão, composta por representantes de todos os partidos com assento na Assembleia da República, encarregada da elaboração de um único texto. A propósito dos vários votos apresentados e da constituição da comissão usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Lage (PS), Moura Guedes (PSD), Magalhães Mota (ASDI), Heriberto Goulart (MDP/CDE), Carlos Brito (PCP), Borges de Carvalho (PPM) e Narana Coissoró (CDS). Aprovado por unanimidade o texto único, usaram da palavra em declaração de voto os Srs. Deputados Salgado Zenha (PS), Carlos Brito (PCP), Heriberto Goulart (MDP/CDE), Mário Tomé (UDP), Lopes Cardoso (UEDS), Moura Guedes (PSD), Leitão Paulo (CDS), Jorge Miranda (ASDI) e Borges de Carvalho (PPM).

Em declaração política, o Sr. Deputado Mário Raposo (PSD) expôs sinteticamente as conclusões do 8.º Congresso do PSD relativamente à estratégia política a ser adoptada pelo partido. Respondeu no fim a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Carlos Brito (PCP).

O Sr. Deputado Roleira Marinho (PSD) teceu considerações sobre a necessidade de construção de um porto de mar em Viana do Castelo.

O Sr. Deputado António Mota (PCP) referiu-se aos problemas que enfrentam os agricultores do Nordeste Transmontano, em grande parte devido à seca que se tem feito sentir em todo o País.

**Ordem do dia.** — O Sr. Deputado António Moniz (PPM) leu um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos sobre

a substituição de um deputado do PS, que a Câmara achou procedente.

Acerca de inclusão na ordem de trabalhos da apreciação do pedido de urgência solicitado pelo Governo para a discussão da proposta de lei n.º 8/II, sobre a condução de veículos sob a influência do álcool. Usaram da palavra os Srs. Deputados Veiga de Oliveira (PCP), José Nisa (PS), Moura Guedes (PSD), Carlos Lage (PS) e Rui Amaral (PSD).

O Sr. Deputado Vilhena de Carvalho (ASDI) procedeu à apresentação do projecto de lei n.º 136/II, sobre a validade dos géneros alimentares pré-embalados. Respondeu no fim a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Joaquim Miranda (PCP).

Depois de ter anunciado a entrada na Mesa de um voto e de vários diplomas, o Sr. Presidente encerrou a sessão às 19 horas e 55 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 25 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.

Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.

Alberto Augusto Faria dos Santos.

Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.

Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.

Américo Abreu Dias.

António Augusto Lacerda de Queiroz.

António Augusto Ramos.

António Duarte e Duarte Chagas.

António Maria de O. Ourique Mendes.

António Roleira Marinho.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.

António Vilar Ribeiro.  
 Armando Costa.  
 Arménio Jerónimo Martins Matias.  
 Bernardino da Costa Pereira.  
 Carlos Manuel Pereira Pinho.  
 Cecília Pita Catarino.  
 Cipriano Rodrigues Martins.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Daniel Abilio Ferreira Bastos.  
 Eleutério Manuel Alves.  
 Fernando José F. Fleming d' Oliveira.  
 Fernando Manuel Cardote Barbosa Mesquita.  
 Fernando dos Reis Condeesso.  
 João Evangelista Rocha de Almeida.  
 João Manuel Coutinho Sá Fernandes.  
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.  
 Joaquim Pinto.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José Augusto Santos de Silva Marques.  
 José Manuel Pinheiro Barradas.  
 José Mário de Lemos Damião.  
 José Theodoro da Silva.  
 Júlio de Lemos Castro Caldas.  
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.  
 Leonel Santa Rita Pires.  
 Luís António Martins.  
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.  
 Manuel António Araújo dos Santos.  
 Manuel António Lopes Ribeiro.  
 Manuel Ferreira Martins.  
 Manuel Filipe Correia de Jesus.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Manuel Vaz Freixo.  
 Maria Adelaide S. de Almeida Paiva.  
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.  
 Marília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.  
 Mário Dias Lopes.  
 Mário Ferreira Bastos Raposo.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Mário Marques Ferreira Maduro.  
 Natália de Oliveira Correia.  
 Nicolau Gregório de Freitas.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Pedro Miguel Santana Lopes.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
 Valdemar Cardoso Alves.  
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.

#### Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
 Alberto Marques Antunes.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António José Sanches Esteves.  
 António Magalhães da Silva.  
 António Janeiro.  
 António Teixeira Lopes.  
 Aquilino Ribeiro Machado.  
 Avelino Férrreira Loureiro Zenha.  
 Beatriz Cal Brandão.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Francisco Manuel Marcelo Curto.  
 José Gomes Fernandes.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.

Júlio Almeida Carrapato.  
 Luis Nunes de Almeida.  
 Luís Patrão.  
 Luís Silvério Gonçalves Sáias.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel Francisco da Costa.  
 Manuel José Bragança Tender.  
 Manuel da Mata de Cáceres.  
 Manuel dos Santos.  
 Manuel Trindade Reis.  
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Raul de Assunção Pimenta Rego.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Virgílio Fernando Marques Rodrigues.  
 Victor Brás.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adriano José Alves Moreira.  
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.  
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 António José Tomás Gomes de Pinho.  
 António Mendes de Carvalho.  
 Daniel Fernandes Domingues.  
 Emílio Leitão Paulo.  
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.  
 Isilda da Silva Barata.  
 João Cantinho M. Figueiras de Andrade.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 João José M. Ferreira Pulido de Almeida.  
 José Alberto de Faria Xerez.  
 José Eduardo F. de Sanches Osório.  
 José Vicente de J. Carvalho Cardoso.  
 Luís Carlos C. Veloso Sampaio.  
 Manuel A. de Almeida de A. Vasconcelos.  
 Mário Gaioso Henriques.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 António Anselmo Aníbal.  
 António Dias Lourenço da Silva.  
 António José de Almeida Silva Graça.  
 António da Silva Mota.  
 Carlos Alberto do Carmo da C. Espadinha.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Georgette Ferreira de Oliveira.  
 Jerónimo de Carvalho Sousa.  
 Joaquim Miranda da Silva.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Joaquim Victor Gomes de Sá.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 Jorge Patrício.  
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.  
 José Fernando V. Cabral Pinto.  
 José Manuel da Costa Carreira Marques.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Josefina Maria Andrade.

Manuel Lopes.  
 Manuel Rogério Brito.  
 Maria Ilda Costa Figueiredo.  
 Maria Odete Santos.  
 Mariana Grou Lanita da Silva.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Vital Martins Moreira.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

#### Partido Popular Monárquico (PPM)

António Borges de Carvalho.  
 António Cardoso Moniz.  
 Henrique Barrilaro Ruas.  
 Jorge Victor M. Portugal da Silveira.  
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

#### Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

#### União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Manuel C. Ferreira Vitorino.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 César Oliveira.  
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.

#### Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Herberto de Castro Goulart da Silva.  
 Helena Tâmega Cidade Moura.

#### União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

**O Sr. Presidente:** — Responderam à chamada 159 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 40 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vai proceder-se à leitura do expediente.

*Deu-se conta do seguinte*

#### Expediente

##### Cartas

Da Associação do Nordeste Transmontano envian-  
do documento de trabalho elaborado sobre a caótica  
situação dos portugueses emigrados em Espanha e  
solicitando a melhor colaboração para o adequado  
tratamento deste grave problema.

Carta-circular das associações de cegos portugueses  
protestando contra a agressão de que foram vítimas  
cegos indianos no dia 26 de Janeiro findo e solici-  
tando intervenção e solidariedade do Governo Por-  
tuguês.

Do Grupo Português de Produtores de Fonogramas  
e Videogramas com sede em Lisboa, manifestando o  
seu interesse em serem ouvidos relativamente ao pro-  
jecto de lei relativo à obrigatoriedade de difusão de  
música portuguesa nas estações de Rádio e Televisão.

#### Exposições

De presos no Estabelecimento Prisional de Custóias,  
no Porto, apelando para que seja concedida uma  
ampla amnistia.

#### Ofícios

Da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete  
do Primeiro-Ministro, remetendo fotocópia de uma  
carta enviada por João Afonso Inácio e outra, resi-  
dentes em França, pedindo igualmente a concessão  
de uma amnistia para todos os que, como eles, foram  
condenados por emigração clandestina.

Do presidente da Câmara Municipal de Estarreja  
enviando exposição detalhada sobre uma expropria-  
ção efectuada numa denominada «Casa da Praça».

Das Assembleias de Freguesia de Maxial (Torres  
Vedras) e de Odivelas (Loures) e da Câmara Munici-  
pal de Loures exigindo a aplicação integral da Lei  
das Finanças Locais.

Da Câmara Municipal da Feira e da Assembleia  
Municipal de Ponta Delgada exigindo que a Assem-  
bleia da República dê seguimento urgente à Lei de  
Delimitação do Poder Central e Local.

**O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes):** — Na última  
sessão foram apresentados os seguintes requerimentos:  
à Presidência do Conselho, a diversos Ministérios e  
Secretarias de Estado (11), formulados pelo Sr. Depu-  
tado Magalhães Mota; ao Ministério da Administra-  
ção Interna, formulados pelos Srs. Deputados Helena  
Cidade Moura e Carreira Marques, respectivamente:  
ao Ministério das Finanças e do Plano, formulado  
pelo Sr. Deputado Herberto Goulart; ao Ministério  
dos Negócios Estrangeiros e à Secretaria de Estado  
da Emigração, formulado pelos Srs. Deputados Alda  
Nogueira e Custódio Gingão; ao Ministério das Fi-  
nanças e do Plano e ao Instituto de Apoio às Peque-  
nas e Médias Empresas, formulados pelo Sr. Depu-  
tado Manuel dos Santos; ao Governo, formulado pelos  
Srs. Deputados Zita Seabra e Cabral Pinto.

Foram recebidas as seguintes respostas a requeri-  
mentos: do Ministério dos Assuntos Sociais, ao reque-  
rimento apresentado pelos Srs. Deputados António  
Arnaut, José Nisa e Gomes Carneiro na sessão de 20  
de Janeiro passado; do Ministério das Finanças e do  
Plano, ao requerimento apresentado pelo Sr. Depu-  
tado Mário Tomé na sessão de 26 de Dezembro do  
ano passado; do Ministério da Indústria e Energia,  
ao requerimento apresentado pela Sr.ª Deputada Ilda  
Figueiredo na sessão de 17 de Dezembro do ano  
findo; dos Ministérios das Finanças e do Plano, dos  
Transportes e Comunicações e dos Negócios Estran-  
geiros, aos requerimentos apresentados pelo Sr. Depu-  
tado Nandim de Carvalho nas sessões de 3 e 18 de  
Dezembro último; dos Ministérios da Educação e  
Ciência, da Administração Interna e dos Transportes  
e Comunicações, aos requerimentos apresentados pelo  
Sr. Deputado Magalhães Mota nas sessões de 6 e 18  
de Janeiro passado.

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração política,  
tem a palavra o Sr. Deputado César Oliveira.

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — Sr. Presidente.  
Srs. Deputados: Os acontecimentos recentemente ocor-

ridos em Espanha não podem deixar de constituir, no entender da UEDS, motivo mais do que suficiente para que esta Câmara, as forças políticas portuguesas e o povo português procedam a uma reflexão aprofundada sobre as suas causas e o seu significado, reflexão que permita ir mais longe do que as habituais palavras de condenação e dos votos de regozijo pela continuidade da legalidade democrática.

Não basta enaltecer as virtudes e a coragem daqueles que em Espanha, seja qual for o quadrante político onde se situem ou as responsabilidades e cargos de que estão investidos, souberam responder com firmeza e serenidade à tentativa de instauração de uma nova ditadura.

**Vozes da UEDS, do PS e do MDP/CDE:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não basta exprimir satisfação pela vitória da liberdade em Espanha, ignorando, deliberada ou involuntariamente, o carácter exemplar que o fracassado golpe militar encerra para um país que, como Portugal, procura consolidar uma vivência da liberdade e da democracia que impeçam, pelo seu conteúdo e pelo seu enraizamento social, qualquer ameaça ao 25 de Abril.

As últimas informações que vão chegando de Espanha mostram que os episódios ocorridos nas Cortes e em Valéncia estão muito longe de constituírem actos isolados, fruto da irresponsabilidade de meia dúzia, produto caricato do fanatismo de um qualquer tenente-coronel da Guardia Civil agindo por sua conta e risco. Tudo parece indicar que se tratava de uma verdadeira conjura organizada contra a democracia e a legalidade constitucional e cuja base de apoio excedia largamente a acção de Tejero Molina. A complacência para com anteriores acções de Tejero Molina e Milan del Bosch e as dificuldades e obstáculos levantados à democratização plena das forças militares e militarizadas, tantas vezes reclamada pelas forças democráticas do Estado Espanhol, foram, entre outros, dois dos factores mais importantes que tornaram possíveis os recentes acontecimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UEDS não pode, obviamente, deixar de congratular-se com o fracasso do golpe militar em Espanha e de exprimir a sua inteira solidariedade a todos os que souberam erguer-se com coragem e decisão na defesa da liberdade e da democracia conquistadas pelos povos de Espanha após quarenta anos de ditadura.

**Vozes da UEDS, do PS e da ASDI:** — Muito bem!

**O Orador:** — Permitam-nos, todavia, algumas considerações sobre o carácter exemplar que assume a fracassada tentativa de golpe militar em Espanha no que respeita à necessidade da defesa da democracia e do 25 de Abril em Portugal.

A tentativa de golpe militar em Espanha, sobretudo quando se sabe que Tejero Molina era apenas a parte mais visível do icebergue da conspiração antidemocrática, mostra que mesmo na Europa de 1981 e num país em fase de integração na CEE se podem concretizar processos de ruptura violenta com a legalidade, visando objectivos autoritários e fascizantes. É certo que a vitória de Reagan nas eleições ameri-

canas, a política agressiva e reaccionária da Sr.º Thatcher e a complacência para com o golpe militar ocorrido há meses na Turquia constituem factores que, entre outros, tornam o quadro internacional mais favorável a este tipo de acções da direita.

Por outro lado, a estratégia de manutenção das tensões internacionais, o apoio dos EUA aos regimes fascistas do Chile e da Argentina, a sua mal disfarçada intervenção em El Salvador, a invasão do Afeganistão pela União Soviética — numa palavra, a quase sistemática violação da soberania e da independência dos mais diversos países pelas superpotências — têm servido muita vezes de cobertura ou de alibi justificativo a todo o tipo de acções de caráter totalitário.

Entre nós, certa imprensa e determinados sectores políticos, certamente incomodados pelo facto de a Revolução de Abril ter constituído, diferentemente do ocorrido em Espanha, um processo de transformação que tocou profundamente todos os sectores da vida portuguesa, têm clamado, ultimamente, pela reintegração dos militares afastados do serviço activo logo nos primeiros meses a seguir ao 25 de Abril. Reintegrar militares que não dão garantias de servir a democracia é introduzir conscientemente um «cavalo de Tróia» totalitário nas forças armadas que, constitucionalmente, estão ao serviço da democracia.

**Vozes da UEDS:** — Muito bem!

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Com a cumplicidade de alguns e com a complacência de muitos, tem-se assistido entre nós ao afastamento sistemático de postos de comando dos militares de Abril. Isto em nome de uma reconciliação nacional despida de qualquer conteúdo democrático ou de uma estratégia de consolidação da democracia que consiste em cedências sistemáticas para, por essa via, aplacar as orquestrações manipuladoras dos sectores mais conservadores e reaccionários da sociedade portuguesa. Perante certas afirmações e calúnias veiculadas pela imprensa de direita, ter pertencido ao MFA ou ao movimento dos capitães quase já equivale a ter pertencido a uma associação de malfeitos que importa banir e castigar.

Eis aqui, Srs. Deputados, uma primeira lição a tirar dos acontecimentos ocorridos em Espanha: a democracia, a liberdade e as instituições democráticas são incompatíveis com forças armadas ou forças militarizadas onde antidemocratas se movimentem em completa impunidade para urdir conspirações, para destruir a própria democracia.

**Vozes da UEDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Urge nestes domínios concretizar a integração plena e controlada das forças armadas e militarizadas nas instituições democráticas, de modo a garantir a sua subordinação ao poder democrático legitimamente constituído. Esta subordinação não pode consistir numa flor de retórica sem conteúdo e sem efeitos práticos no dia a dia das instituições; ela terá de corresponder a formas concretas de controle democrático pelos órgãos de soberania que exprimem de facto e directamente a vontade popular.

Os acontecimentos ocorridos em Espanha mostram também que o terrorismo político e a irresponsabilidade de acções sectárias pode criar, tanto como os compromissos, as cedências e as capitulações ante as pressões das oligarquias e das forças reaccionárias, situações de crise que servem de «caldo de cultura» ao crescimento de designios antidemocráticos e fascizantes.

A Frente Republicana e Socialista propôs a esta Câmara um voto de repúdio pela tentativa de golpe de Estado em Espanha e de homenagem às forças democráticas que com firmeza o fizera fracassar.

E a este propósito seja-nos permitido, finalmente, exprimir a nossa sincera e comovida homenagem aos povos de Espanha, à sua coragem, à sua capacidade de sofrimento, resistência e luta pela democracia e pela liberdade.

E dar a esses povos a certeza de que outras tentativas reaccionárias, totalitárias e fascizantes, como a ocorrida no princípio desta semana, encontrarão no povo português e nas forças democráticas e do progresso a solidariedade e a fraternidade militantes que fortalecerão o combate pela paz e pela democracia na Península, impedindo o ressurgir de um novo Franco ou de um novo Salazar. Em 1936 a insurreição franquista contra a República e contra a legalidade democrática encontraram no fascismo, no nazismo e particularmente no salazarismo os apoios necessários ao seu triunfo. A hipócrita política de não intervenção das democracias não impediou a presença em Espanha da Legião Condor, dos Viriatos e de milhares de soldados italianos em apoio de Franco. A democracia ficou sepultada por quarenta anos.

**Vozes da UEDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A história, estamos certos, não se repetirá. Em Portugal a democracia e a liberdade dos povos de Espanha terão sempre apoio efectivo e a nossa solidariedade concreta. Bastará para tanto que saibamos, aqui, em Portugal, concretizar esta verdade bem simples, agora evidenciada em Espanha:

A democracia constrói-se com democratas e não com aqueles que apenas se reclamam de democratas ao sabor da conjuntura ou que de democratas se mascaram para melhor conspirar contra a democracia.

*Aplausos da UEDS, do PS, da ASDI e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**O Sr. Costa Pereira (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Segui com atenção a intervenção do Sr. Deputado da UEDS, a qual me suscitou algumas dúvidas.

Assim, gostaria que me esclarecesse do significado da sua afirmação segundo a qual havia que ter em atenção a integração de militares que não dariam garantias à continuação do 25 de Abril em Portugal.

**O Sr. António Vitorino (UEDS):** — O Soares Carneiro!

**O Orador:** — Foram mais ou menos estas palavras que utilizou. Parece-me, pelo menos, que foi esta a sua ideia.

Com efeito, os acontecimentos de Espanha, embora um pouco diferentes, fizeram-nos lembrar um acontecimento em Portugal: todos nós fazemos parte de um Parlamento e ao vermos aquelas imagens na televisão, com os parlamentares a refugiarem-se por detrás das bancadas, lembrámo-nos dos dois dias em que os nossos deputados constituintes foram obrigados a estarem fechados aqui, neste Parlamento.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ora, pergunto ao Sr. Deputado César Oliveira se quando na sua intervenção parece repudiar a integração de militares que põem em causa o 25 de Abril pretende também incluir no seu repúdio aqueles militares que deram cobertura, embora passiva, ao cerco a este Parlamento aquando da Assembleia Constituinte.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Não havendo mais pedidos de esclarecimento ...

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Também para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Mário Tomé deveria ter feito a sua inscrição para esse fim logo após a intervenção do Sr. Deputado César Oliveira. Como tal, não poderá agora pedir esclarecimentos.

**O Sr. António Moniz (PPM):** — Sr. Presidente, eu inscrevi-me para pedir esclarecimentos logo após o termo da intervenção do Sr. Deputado César Oliveira.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a Mesa confirma que o Sr. Deputado António Moniz tinha pedido a palavra para esclarecimentos logo no termo da intervenção do Sr. Deputado César Oliveira. Sendo assim, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, Sr. Deputado António Moniz.

**O Sr. António Moniz (PPM):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado César Oliveira.

Quanto ao aspecto da reintegração dos militares saneados, pergunto ao Sr. Deputado César Oliveira se V. Ex.<sup>a</sup> concorda que continuem saneados militares que o foram sem saberem por que razão. Esta é a primeira pergunta que lhe faço. É que, à primeira vista, o povo português pode pensar que esses militares apenas foram afastados com o fim de se criar vagas para que militares pseudo-revolucionários atingissem determinados graus da hierarquia militar.

Por outro lado, Sr. Deputado César Oliveira — que é um defensor do Conselho da Revolução —,

pergunto se este golpe militar em Espanha não será um aviso ao povo português à necessidade de se obrigarem os pseudo-revolucionários do Conselho da Revolução a não tentarem criar hierarquias paralelas e a não continuarem a desestabilizar o País, acabando assim com a democracia neste país.

Estes golpes militares nascem, naturalmente, quando a democracia é atacada e quando ela não é dignificada por atitudes que criam a situação óptima no povo português para que essas situações aconteçam.

Em Espanha existe um combate desigual de grupos totalitaristas, que não se importam de matar e de subverter a própria democracia, mas, no fundo, exigem que os democratas tenham para com eles o respeito que têm para com os seus semelhantes.

O que se passou constitui um aviso ao Parlamento português, bem como ao povo português. Não podemos deixar que atitudes de forças minoritárias continuem a não dignificar a democracia e a atacar constantemente os direitos e as garantias fundamentais do povo português.

**Vozes do PPM:** — Muito bem!

**O Sr. César Oliveira (UEDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Agradeço os pedidos de esclarecimento solicitados pelos Srs. Deputados do PSD e do PPM. Eles apenas provam que a minha declaração política acertou inteiramente no vinte no que toca à necessidade de defesa da democracia, à necessidade de defesa da liberdade e à necessidade de defesa do 25 de Abril em Portugal.

**Vozes da UEDS e do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Sr. Deputado do PSD referiu-se à reintegração de militares. Basta ler a imprensa e ouvir o coro de certas forças políticas para se ter a ideia clara e exacta do que significa reintegrar militares como Kaulza de Arriaga ou outros militares que foram fiéis serventuários do anterior regime, seja em colaboração com a PIDE, seja na guerra colonial, onde muitos excederam largamente as suas obrigações como simples militares.

**O Sr. António Moniz (PPM):** — E os militares saneados sem saberem por que razão?

**O Orador:** — Notei a sua referência, Sr. Deputado Costa Pereira, ao cerco dos deputados constituintes em Novembro de 1975. Posso afirmar-lhe o seguinte: se o cerco da Assembleia Constituinte foi uma acção condenável, pois é um princípio fundamental do socialismo democrático a manutenção e a vivência completa em liberdade e democracia, pois a invocação que fez deste cerco destina-se apenas — segundo me parece a mim — a escamotear aquilo que verdadeiramente está em causa na minha intervenção ...

**Vozes da UEDS, do PS e da ASDI:** — Muito bem!

**O Orador:** — ..., ou seja, a necessidade de o povo português ter em devida atenção que a conspiração contra a democracia e contra o 25 de Abril não pode ficar impune nem constitui motivo de subalternização por parte das forças democráticas.

Quanto a questão dos militares que dão cobertura a outros militares que cometem excessos, pois na minha intervenção estão condenados todos aqueles que, de um modo ou de outro, cometem verdadeiros atentados contra a democracia.

Quanto ao Sr. Deputado António Moniz, lamento que V. Ex.<sup>a</sup> não tenha ouvido com atenção a minha intervenção. Com efeito, ela condena o terrorismo político e as atitudes irresponsáveis e sectárias, como as cedências, as capitulações e os compromissos com aqueles que se mascaram de democratas para melhor conspirarem contra a democracia. Portanto, é abusivo considerar apenas uma parte da minha declaração política sem a enquadrar no seu todo.

Em relação ao Conselho da Revolução, quero chamar a atenção do Sr. Deputado para o facto de em Espanha não existir Conselho da Revolução, mas sim uma hierarquia militar que está severamente comprometida com a tentativa de destruir a democracia e de conspirar contra a liberdade.

**Vozes do PSD, do PPM e do CDS:** — Isso não é verdade!

**O Orador:** — Gostaria, aliás, de pedir ao Sr. Deputado que me aponte um único exemplo em que os homens que estão no Conselho da Revolução assim tenham procedido. Esses homens permitiram que o Sr. Deputado esteja aí sentado nesse lugar e a falar contra o Conselho da Revolução.

*Aplausos da UEDS e do PS.*

Aliás, não me obrigue — porque não o faço — a dizer nomes de deputados que em Agosto de 1975 vi chegarem, com medo, junto dos militares do Conselho da Revolução.

Assim, repito, peço-lhe que me aponte um só exemplo que permita afirmar, com o despudor com que o Sr. Deputado o fez, que um militar do Conselho da Revolução tenha dado cobertura a acções que põem em causa a democracia e a liberdade em Portugal, conquistada por esses mesmos militares e pelo povo português no dia 25 de Abril de 1974.

Nada mais tenho a dizer, pois o resto é fogo de vista para esconder e escamotear o que o golpe militar em Espanha pôs em causa aqui em Portugal.

*Aplausos da UEDS, do PS e da ASDI.*

**O Sr. Presidente:** — Os Srs. Deputados Manuel Alegre, Lopes Cardoso, Mário Tomé e António Arnaut pediram a palavra para que efecto?

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — Pedi a palavra, após as intervenções dos Srs. Deputados do PSD e do PPM, para um protesto, Sr. Presidente.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Eu também pretendo fazer um protesto, Sr. Presidente.

**O Sr. Lopes Cardoso (UEDS):** — Eu prescindo da palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para formular um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — Sr. Presidente. Srs. Deputados: O teor das intervenções dos Srs. Deputados do PSD e do PPM obrigam-me a dizer algumas palavras.

Os acontecimentos em Espanha revestiram-se de uma extraordinária gravidade e constituem um aviso e uma lição. Em primeiro lugar, eles mostraram que se o regime franquista e o regime salazarista foram politicamente vencidos mas o espírito franquista e salazarista não estão mortos. Assim, forças da extrema-direita, tanto em Espanha como cá, não aceitam a democracia, conspiraram contra ela e são capazes de utilizar meios violentos para a derrubar.

Mas eles constituem também uma lição. Nós vimos os principais partidos políticos de Espanha, tal como o PSOE, o PCE, a UCD e a própria Aliança Popular, condenarem, em comunicado conjunto, essa criminosa tentativa de golpe contra a legalidade democrática em Espanha. Essas quatro forças políticas, juntamente com as principais centrais sindicais, convocaram uma manifestação conjunta para a defesa da democracia e da Constituição.

Ora, quero aqui lamentar que, perante aquilo que com toda a evidência é uma tentativa de golpe de Estado fascista em Espanha, não haja esse mesmo estado de espírito e essa mesma unanimidade no Parlamento que saiu da Revolução do 25 de Abril.

*Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS, do PCP, do MDP/CDE, do PSD e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Também para formular um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Sr. Presidente. Srs. Deputados: O Sr. Deputado António Moniz falou — tal como disse — nos pseudo-revolucionários do Conselho da Revolução.

Eu não pretendo passar nenhum atestado de revolucionários aos membros do Conselho da Revolução. Contudo, considero que o Sr. Deputado António Moniz não tem qualquer legitimidade para chamar pseudo-revolucionários aos membros do Conselho da Revolução ...

**Vozes da UEDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ..., na medida em que a maior parte dos conselheiros fizeram o 25 de Abril, em relação ao qual as posições do Sr. Deputado António Moniz — embora eu as não tenha conhecido na altura — são agora claramente no sentido de que o 25 de Abril deixe de ser aquilo que deve ser.

Além disso, quero deixar aqui bem claro que estes democratas que agora falam em democracia e contra os golpes não têm a coragem de defender a democracia, seja aqui ou em Espanha. A democracia é defendida pelo povo de Espanha e pelo povo de Portugal, pela sua luta e pela luta dos trabalhadores, dos operários e camponeses. Só eles têm a capacidade e a coragem de a defender.

Quero também lembrar aqui que se todos os partidos agora em Espanha — democráticos e ditos democráticos — se levantam contra o golpe fascista, não podemos esquecer que no 11 de Março também o CDS e o PSD se manifestaram contra ele, quando

no fundo estavam implicados nas perspectivas que esse golpe apontava e que levou ao 25 de Novembro.

Isto quer dizer que o golpe fascista em Espanha não foi ainda derrotado. Este golpe foi «derrotado» apoiado na figura do rei, que se portou de uma forma ambígua e que ouviu os conspiradores ainda antes do golpe e nada disse ao Parlamento para que este se precavesse.

*Protestos do PSD, do CDS e do PPM.*

Esta é a realidade, esta é a questão. O rei não defende a democracia em Espanha. Esta é atacada e está em causa enquanto os trabalhadores não tomarem nas suas mãos o destino da sua pátria.

*Protestos do PSD e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Costa Pereira pediu a palavra para que efeito?

**O Sr. Costa Pereira (PSD):** — Sr. Presidente, desejava apenas dar um esclarecimento ao Sr. Deputado César Oliveira.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado pediu esclarecimentos, estes foram-lhe prestados e agora não pode usar da palavra para esse fim.

**O Sr. Costa Pereira (PSD):** — Então seria para um protesto, Sr. Presidente, ou qualquer outra figura regimental de forma a usar da palavra.

**O Sr. Presidente:** — Um protesto pode fazer. No entanto, queria chamar a atenção para o facto de nos estarmos a enredar em diálogos entre os sucessivos intervenientes e neste momento é a intervenção do Sr. Deputado António Moniz, que a fez sob a forma de pedido de esclarecimento, que está a ser objecto de protestos.

Serão estes que continuarão a ser feitos, o Sr. Deputado António Moniz usará o direito de resposta quando for ocasião disso e V. Ex.<sup>a</sup> fará depois o seu protesto, que me parece ser ainda em relação à intervenção do Sr. Deputado César Oliveira.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito?

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria apelar a todos os grupos parlamentares para um certo bom senso, na medida em que há quatro votos de protesto com conteúdo diversificado sobre o que se passou em Espanha. Era conveniente que esses quatro votos fossem votados e seria à volta deles que se teceriam as diversas considerações políticas.

Aliás, ontem, o Grupo Parlamentar socialista, de acordo com os seus parceiros da FRS, contactou todos os grupos parlamentares para hoje ser apresentada apenas uma proposta de voto acerca dos acontecimentos ocorridos em Espanha. Na medida em que isso não foi conseguido ontem, era conveniente que se fizesse uma síntese dos diversos votos que

estão na Mesa e que passássemos à parte deliberativa fundamental desta Assembleia sobre o que se passou em Espanha.

Se continuarmos com estes protestos, contraprotestos e pedidos de esclarecimento, vamos ocupar todo o tempo de antes da ordem do dia sem atingirmos a matéria essencial.

Na sequência do protesto e do apelo do meu camarada Manuel Alegre, pedia ao Sr. Presidente que apelasse a todos os deputados para se dispensarem de mais intervenções do tipo que referi, a fim de entrarmos na discussão dos votos e na parte deliberativa que lhes diz respeito.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, a Mesa comprehende a oportunidade da intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> e permite-se anunciar que estão realmente na Mesa votos de protesto e congratulação apresentados pelo PSD, pela ASDI, pelo PCP, pela FRS e pelo PPM.

É evidente que a Mesa de modo nenhum pode coartar o direito que os Srs. Deputados têm ao uso da palavra. Mas porque se lhe afigura oportuno que, neste momento, o que seria fundamental era que nesta sessão ainda, que é a primeira em que nos reunimos depois desses acontecimentos, se fizesse a votação de todos estes votos, ponho à consideração dos Srs. Deputados que estão neste momento inscritos o problema de saber se aderem à proposta do Sr. Deputado Carlos Lage ou se não prescindem do direito de usar da palavra tal como tinham solicitado.

Sendo assim, pergunto ao Sr. Deputado Costa Pereira e aos restantes Srs. Deputados se prescindem da palavra.

*Pausa.*

Como me parece que os Srs. Deputados estão de acordo, mesmo o Sr. Deputado António Moniz, que também prescindiria de responder aos protestos que já foram feitos...

**O Sr. António Moniz (PPM):** — Sr. Presidente, não prescindo.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, devo dizer-lhe que é um direito inegável que todos lhe reconhecemos, mas tenho pena que V. Ex.<sup>a</sup> não prescinda, pois estamos a sacrificar o fundamental ao acessório.

**O Sr. António Moniz (PPM):** — Sendo assim, Sr. Presidente, eu prescindo.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Moura Guedes pediu a palavra para que efectue?

**O Sr. Moura Guedes (PSD):** — Sr. Presidente, era apenas para dar o nosso acordo à proposta do Partido Socialista.

Queria ainda pedir ao Sr. Presidente que providenciasse no sentido de fazer chegar à nossa bancada o texto dos dois restantes votos, visto que só temos os votos do PSD e do PPM.

**O Sr. Presidente:** — Sendo assim, vou ler os votos que estão na Mesa.

Assim, o voto do PSD é do seguinte teor:

Os deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, propõem o seguinte voto de protesto e de congratulação:

A Assembleia da República protesta veemente contra o golpe antidemocrático desencadeado em Espanha no passado dia 23 e congratula-se vivamente com a vitória pronta, clara e inequívoca das instituições e das forças democráticas, manifestando-lhes a sua solidariedade e afirmamndo-lhes a sua convicção de que saberão preservar e consolidar o regime democrático.

O voto da ASDI é o seguinte:

Considerando os graves acontecimentos ocorridos em Espanha nos dias 23 e 24 de Fevereiro de 1981, designadamente a ocupação do Parlamento por forças sediciosas e o sequestro dos deputados e dos Ministros:

Considerando que se tratou de uma tentativa desesperada da extrema-direita para subverter e destruir o processo político constitucional e democrático de Espanha;

Considerando que as instituições democráticas espanholas e os homens que as servem revelaram grande coragem, exemplar firmeza e serena capacidade de decisão e puderam ultrapassar tal situação sem derramamento de sangue e sem nenhuma cedência perante os autores da intenção;

Considerando que também as forças armadas espanholas, no seu conjunto, obedecendo ao Chefe de Estado e às autoridades constituídas, se mantiveram fiéis ao seu juramento constitucional, sem quebra das suas missões específicas;

Considerando que, na provação vivida, o povo espanhol se houve com inexcedível dignidade, mostrou a sua maturidade cívica e se identificou com a democracia;

Considerando que, se é possível extraír uma lição deste acontecimento, ela é a de que somente o respeito da ordem constitucional democrática, a pacificação das forças armadas e a criação de convivência livre entre todos os cidadãos e grupos políticos permitem vencer quaisquer dificuldades políticas ou outras;

Considerando que também mais uma vez ficou provado que na Europa dos nossos dias, por pesados que sejam os problemas, só a democracia, o consenso e a legalidade os permitem enfrentar, e não a rotura ou os extremismos;

Recordando que em Portugal, em 1975, também os deputados à Assembleia Constituinte foram vítimas de sequestro, embora de natureza diferente:

A Assembleia da República:

- 1) Protesta contra a acção golpista, de carácter fascista, desencadeada em 23 e 24 de Fevereiro de 1981;
- 2) Manifesta o seu regozijo pelo triunfo da democracia e a sua solidariedade com o Congresso e os deputados espanhóis e, em geral, com todo o povo espanhol;

- 3) Reafirma a sua vontade de, em qualquer circunstância, defender os valores da liberdade e da democracia.

O voto do PCP tem o seguinte conteúdo:

Tendo participado da profunda preocupação e indignação com que os democratas e a opinião pública portuguesa acompanharam a recente acção golpista de inspiração fascista ocorrida em Espanha, que, a ter sucesso, marcaria o fim da vigência da Constituição aprovada pelos povos de Espanha e encetaria uma nova era de repressão e agonia da Espanha liberta do franquismo;

Considerando que tal acção se traduziu, designadamente, no assalto e ocupação da sede do Parlamento espanhol, com obstrução e impedimento do exercício das competências de órgãos de soberania constitucionalmente legítimos e na prática de violência física e moral e cerceamento continuado das liberdades individuais dos membros daqueles órgãos de soberania;

Considerando que em tal emergência foi assegurado o funcionamento das instituições democráticas, tendo prevalecido as posições favoráveis ao prosseguimento do processo democrático em Espanha:

A Assembleia da República, na sua primeira reunião plenária após os graves acontecimentos de 24 de Fevereiro em Espanha:

- 1) Condena firmemente aquela tentativa de fazer retroceder o processo político e liquidar as liberdades democráticas e os direitos conquistados pelos trabalhadores e pelos povos do país vizinho;
- 2) Exprime o seu regozijo pelo fracasso da tentativa golpista e pelo restabelecimento das condições de livre exercício das competências dos órgãos de soberania constitucionalmente legítimos;
- 3) Manifesta a sua solidariedade para com os trabalhadores e as forças democráticas de Espanha e a sua confiança de que esta provação por que acaba de passar a democracia espanhola constitui motivo para maior unidade dos democratas e maior reforço do processo de democratização do país vizinho.

O voto da FRS é o seguinte:

A tentativa de golpe militar do dia 23 em Espanha provocou em todos os portugueses que amam a democracia um sentimento de indignação e revolta.

A trágica memória que ficou dos adventos do franquismo e do penoso sofrimento de um país dilacerado por terríveis confrontos perpassou nos espíritos, de mistura com uma gélida frustração. As esperanças a que a democracia dera lugar estavam em risco.

Foi, por isso, de constante ansiedade e pareceu demasiadamente longo o tempo que decorreu antes que a situação se desanuviasse. Esconjurados os fantasmas que no horizonte se perfila-

vam, ter-se-á, porventura, compreendido melhor como em certos recessos, menos permeáveis, de uma sociedade, recém-saída de prolongado cativismo podem continuar enquistados, ainda, os germes patogénicos do fascismo, prontos a reactivarem-se à mínima quebra de resistência do corpo colectivo.

A ditadura, que durante tantos anos combateu ferozmente o profundo desejo de liberdade de um povo nobre e insubmisso, assentava o seu poder numa rede de interesses particulares, que dela beneficiavam, e procurava justificar-se mediante uma estrutura doutrinária, baseada nos conceitos ideológicos mais arcaicos e reaccionários da tradição espanhola, que lhe permitia manter a intoxicação psicológica dos apoiantes e a passividade dos estratos menos esclarecidos da população.

Tanto uns como outros, quer os que têm os seus antigos privilégios em perigo, face à emergência das reivindicações populares, quer os fanáticos que se não acomodam ao desmoronar das suas crenças, são hoje os inimigos irredutíveis da jovem democracia. Entre estes, segundo tudo indica, terá sido feito o recrutamento dos responsáveis pelo ataque desferido contra o Palácio do Congresso.

Não obstante a ferocidade de que se revestiu a sua investida, o regime constitucionalmente instituído pela livre vontade do povo espanhol saiu vitorioso da dramática provação a que esteve sujeito.

Os acontecimentos ocorridos e a evolução de que estão a ser objecto provaram que as forças que apostam na liberdade e no progresso são prevalentes e que, alertadas pelo sucedido, não desfalecerão na vigilância dos inimigos de sempre.

Por tudo o que para os Portugueses isto representa, a Assembleia da República, cujos deputados acompanharam as horas de angústia e incerteza vividas pelos seus colegas espanhóis, manifesta o seu grande júbilo pela forma como a crise foi superada e o apreço que, de justiça, é devido à coragem e à determinação com que as autoridades do país vizinho, com especial realce para S. M. o Rei Juan Carlos, souberam estar à altura da situação.

Os deputados abaixo assinados propõe que a Assembleia da República aprove o voto que atrás ficou formulado.

Finalmente, o voto do PPM é do seguinte teor:

**A Assembleia da República Portuguesa congratula-se pela forma como as instituições democráticas espanholas, coordenadas pelo rei, souberam resistir a um golpe antidemocrático, na luta comum pela defesa dos direitos e liberdades fundamentais.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

**O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Na sequência da minha intervenção anterior, sugeria e propunha aos autores dos diversos votos, dado que na sua parte conclusiva são muito semelhantes, para que se reunissem imediatamente e ten-

tassem chegar a um voto comum, visto que será bastante negativo que nesta Assembleia sejam aprovados diversos votos, pois os aprovados até serão enviados às Cortes Espanholas.

Daríamos, assim, um sinal de convergência muito positivo numa matéria que deve interessar a todos os democratas.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Penso que podíamos rapidamente chegar a essa parte conclusiva comum de todos os votos acabados de ler pelo Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Moura Guedes.

**O Sr. Moura Guedes (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome da bancada do PSD, queria dar a inteira concordância a esta proposta, que me parece dar muito mais significado global à posição política que vamos tomar.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

**O Sr. Magalhães Mota (ASDI):** — Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria dar o meu apoio a esta proposta — nós, aliás, já pensámos retirar o nosso voto, visto que posteriormente subscrevemos a proposta de voto apresentada pela Frente Republicana e Socialista —, mas, antes disso, pediria também ao Sr. Presidente uma breve rectificação sobre a ordem de entrada dos votos. O nosso voto de protesto, visto que me parece que foram lidos pela ordem de entrada, foi anunciado ao Sr. Secretário Reinaldo Gomes no dia 24 e hoje de manhã entregue no gabinete de V. Ex.<sup>a</sup>, tendo-se colhido indicação de que não havia nenhum outro voto pendente.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o vosso voto tinha solicitada a apresentação às 17 horas e 10 minutos e o PSD entregou o seu voto no meu gabinete às 16 horas e 35 minutos. É o que consta do despacho exarado nos votos. Só por isso os li nessas circunstâncias.

**O Sr. Magalhães Mota (ASDI):** — Mas o nosso foi entregue no dia 24.

**O Sr. Presidente:** — Foram ambos entregues no dia 24. O do PSD às 16 horas e 35 minutos e o da ASDI às 17 horas e 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

**O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, antes de me referir à proposta apresentada pelo Partido Socialista, queria comunicar à Assembleia que o MDP/CDE tinha dialogado, entretanto, com o PCP e tínhamos combinado subscrever o seu voto, que assim se transformaria em voto conjunto. Assim, ia pedir ao Sr. Presidente autorização para os nossos deputados ainda subscreverem o voto apresentado pelo PCP, e que já se encontra na Mesa.

Perante a proposta do Sr. Deputado Carlos Lage, estamos perfeitamente de acordo com ela. Parece-nos

perfeitamente pertinente e subscrevêmo-la integralmente.

**O Sr. Presidente:** — A Mesa não tem a mais pequena dúvida em aceitar que a um voto adiram quaisquer outros Srs. Deputados, e é evidente que o PCP não se opõe à solicitação que acaba de fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queríamos dar a nossa completa adesão à proposta apresentada pelo Partido Socialista, que, aliás, ontem à tarde tínhamos dado a conhecer ao Partido Socialista.

Entretanto, se o Sr. Presidente me permitisse, eu aduzia uma outra sugestão mais.

Parece-me que será muito fácil, no nosso entender, encontrar uma moção de síntese — e creio que o PSD vai dar-nos já muita da experiência adquirida no seu Congresso —, ...

*Risos.*

... e sugeria que se constituísse uma comissão com um representante de cada grupo parlamentar propONENTE de votos e que entretanto os trabalhos decorressem. Certamente que os grupos parlamentares têm algumas declarações a fazer para apoiar os votos que apresentaram ou para traduzir as posições em relação aos votos apresentados pelos outros grupos parlamentares. Assim, parece-me que, com grande vantagem, poderemos continuar os trabalhos, prosseguir a discussão e, quando chegarmos ao termo da discussão, certamente que a comissão terá pronta uma moção de síntese, que então poderemos votar.

**O Sr. Presidente:** — As moções de síntese, pelos vistos, estão a constituir doutrina.

Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**O Sr. Borges de Carvalho (PPM):** — Sr. Presidente, no seguimento das sugestões aqui feitas, nomeadamente as do Sr. Deputado Carlos Lage, nós propúnhamos atendendo a que de facto o voto da FRS é o que de uma forma mais completa exprime os sentimentos da Assembleia, a retirada dos outros votos e que se subscrevesse o da FRS, caso os outros partidos estivessem de acordo.

**O Sr. Presidente:** — Há algum inconveniente da parte dos outros partidos subscritores de votos?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente, da nossa parte não há qualquer objecção. Não nos atrevemos a fazer essa proposta, na medida em que ontem fizemos uma sugestão aos outros grupos parlamentares para um texto comum e não tivemos êxito imediato nessa tentativa.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Moura Guedes.

**O Sr. Moura Guedes (PSD):** — O Partido Social-Democrata continua a pensar que será preferível fazermos um texto que não seja imputado a esta ou aquela bancada, mas que possa ser um texto que

surja de um trabalho conjunto de todos os grupos parlamentares. Não é que discordemos fundamentalmente das linhas do voto da FRS, mas parece-me que ele é um pouco prolixo e que ganharia mais força sendo um trabalho conjunto dos vários grupos parlamentares.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para dizer que da nossa parte não há absolutamente nenhuma relutância em subscrever e apoiar o voto apresentado pela FRS. Parece-nos, no entanto, melhor metodologia a proposta apresentada pelo Sr. Deputado Moura Guedes.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queríamos dizer que tínhamos também um voto para apresentar à Mesa, mas, em face dos vários votos apresentados, verificamos que o bom senso pervaleceria nesta Câmara se chegássemos à conclusão de um voto síntese de todos os votos.

Simplesmente, para que o voto saia reforçado com a unanimidade desta Câmara, também gostaríamos de participar na comissão que vai redigir esse voto síntese, e neste sentido a comissão deve integrar não apenas aqueles que até à altura apresentaram o seu voto mas também um representante do CDS, para que o voto saia com a unanimidade desta Câmara.

**O Sr. Presidente:** — Se VV. Ex.<sup>as</sup> me permitem uma sugestão, diria que, embora nem todos os partidos com assento na Câmara tenham subscrito votos, me parece que essa comissão representaria da melhor forma o excelente consenso a que se está a chegar se integrasse um membro de cada um dos partidos e, portanto, o texto final apareceria subscrito por todos os partidos.

Entretanto, há ainda duas inscrições para declarações políticas na sessão de hoje: uma do PSD e outra do Sr. Deputado Mário Tomé. Ousaria perguntar se porventura elas visam ainda o caso dos acontecimentos de Espanha.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Raposo.

**O Sr. Mário Raposo (PSD):** — Sr. Presidente, a declaração política do PSD, embora se refira inicialmente e muito brevemente ao caso espanhol, é fundamentalmente diversa e trata outro assunto completamente diferente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — A minha declaração política não se refere a este caso, Sr. Presidente. É totalmente diversa.

**O Sr. Presidente:** — Portanto, subsistem as inscrições para as declarações políticas.

No entanto, existe ainda uma questão, para a qual peço a opinião da Câmara.

Os votos são votados, regimentalmente, depois de esgotada a outra matéria do período de antes da ordem do dia. Ora, porque parece de interesse para todos nós, pois foi esse o consenso a que se chegou a partir da sugestão do Sr. Deputado Carlos Lage, que este conjunto de votos seja sintetizado num só para depois poder ser votado, ponho à Câmara o problema de saber se há consenso para que os votos sejam discutidos antes das declarações políticas. Ou então outra sugestão se poderia estabelecer: os partidos designariam imediatamente os representantes que vão integrar essa comissão, esta reuniria, faria o texto síntese do voto e continuariam os trabalhos com as declarações políticas.

Além disto, o que ainda sugiro aos Srs. Deputados é que a oito minutos do termo do período de antes da ordem do dia considerem a hipótese da sua eventual prorrogação, dado o interesse político de a votação ser feita ainda na sessão de hoje.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — É para interpelar a Mesa e, ao mesmo tempo, fazer uma sugestão no sentido de considerarmos o prolongamento do período de antes da ordem do dia como um prolongamento especial, tendo em conta o conjunto de votos apresentados e a sua relevância e a importância que a Assembleia já lhes conferiu. Uma vez que, geralmente, o prolongamento do período de antes da ordem do dia é para intervenções cínto curtas, este teria, pois, de ser um prolongamento especial.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a Mesa põe à consideração da Assembleia a sugestão do Sr. Deputado Carlos Brito, que implica, portanto, uma ocasional alteração ao Regimento.

Vamos votar esta proposta de prolongamento do período de antes da ordem do dia nas condições sugeridas pelo Sr. Deputado Carlos Brito.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

**O Sr. Presidente:** — Está, pois, prorrogado o período de antes da ordem do dia.

Pedia agora o favor de os grupos parlamentares indicarem imediatamente os membros que vão integrar a comissão de redacção do voto síntese.

*Pausa.*

Ora, os nomes indicados são: pelo PSD, o Sr. Deputado Moura Guedes; pelo PS, o Sr. Deputado Aquilino Ribeiro Machado; pela UEDS, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Santa Clara Gomes; pelo PCP, o Sr. Deputado Veiga de Oliveira; pelo CDS, o Sr. Deputado Narana Coissoró; pela ASDI, o Sr. Deputado Magalhães Mota; pelo MDP/CDE, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura; pela UDP, o Sr. Deputado Mário Tomé, e pelo PPM, o Sr. Deputado Borges Carvalho.

Pedia a estes Srs. Deputados que se reunissem imediatamente, e assim que tivessem o seu trabalho concluído o comunicassem à Mesa.

Vamos então prosseguir com as declarações políticas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Raposo.

**O Sr. Mário Raposo (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A tentativa de golpe militar ocorrido

em Espanha chega até nós, Portugueses, com um muito denso significado. Na verdade, a sua pronta superação de novo reafirmou a capacidade da democracia para ser ela mesma, pondo em acto os seus próprios mecanismos e virtualidades, a enfrentar a agudização de crises ou a preparação das rupturas.

**O Sr. Guerreiro Norte (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — A democracia funcionou eficazmente sem que, para tal, as forças armadas tivessem cometido, nos esquemas constitucionais, outras funções ou outra missão para além das que lhe são específicas e que são tradicional motivo de honra e de dignidade; vive-se em Espanha uma democracia civil, sem que qualquer autoproclamado órgão castrense reivindique tarefas de vigilância das instituições.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Como um todo, firmes nas suas regras e na sua natural vocação, as forças armadas estão, nos termos da Lei Fundamental, subordinadas ao Governo, ao qual cabe definir a política de defesa. Outra e decisiva razão por que a democracia funcionou eficazmente esteve em o Rei, o Chefe do Estado — «símbolo da sua unidade e permanência» —, ter, uma vez mais, sabido assumir como tal, congregando para um destino comum os sentimentos do povo espanhol.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A sua acção integradora foi, em momento de perigo, plenamente cumprida, e não factor de divisão ou de reticência.

Por assim ser, tudo faz pensar que em Espanha o processo político se continuará a desenvolver, ultrapassando os focos de desestabilização provindos de minorias que apenas representam a violência e prosseguindo nos caminhos que, nos pós-franquismo, se abriram: os da normalidade democrática. Subjacente a esse processo político esteve um realístico consenso entre as principais forças políticas quanto às grandes coordenadas da Constituição.

Em vésperas de neste Parlamento se iniciarem os trabalhos da revisão constitucional, o Partido Social-Democrata de novo fez apelo para que eles conduçam a uma fórmula de entendimento e de saudável convivência política e social entre portugueses.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Será esta a histórica oportunidade de fazer com que a Constituição passe a fazer parte e, como tal, seja participada por todos os cidadãos, congregados, com base num inderrogável pluralismo, em torno de aspirações e de projectos que deverão ser espontaneamente comuns.

**Uma voz do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A reafirmação do sentido parlamentar do compromisso, que se quer que seja um compromisso de autenticidade, e não um compromisso apócrifo, em que a ambigui-

dade das palavras encobriria a inexistência das concordâncias sinceras, foi há dias feita no 8.º Congresso do Partido Social-Democrata.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tem a ver essa opção parlamentar com a deseável transparência do diálogo; rejeitamos as condescendências e as contratolerâncias de bastidores. Queremos, ainda aqui, que o futuro dos Portugueses a todos pertença, através da mediação dos seus legítimos representantes, e que esse futuro se inscreva numa sociedade mobilizadora de energias, consolidada no bem-estar, na qualidade de vida e na confiança, aferida pelos palmos de esperança.

**O Sr. Guerreiro Norte (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — É este o núcleo essencial da proposta do Partido Social-Democrata, consciente da sua responsabilidade de maior partido português e das coordenadas de força e de fé que vivificam a Aliança Democrática; a maturidade desta foi alcançada no justo e exacto exercício do Poder, entendido como forma de servir não sectariamente os portugueses de todos os quadrantes. Como coligação de legislatura, a Aliança Democrática mantém-se tão forte, firme e determinada, como no tempo em que Francisco Sá Carneiro fisicamente entre nós, e não apenas na nossa memória, embora esta memória em cada dia se renove e como que renasça, ...

**O Sr. Lacerda de Queirós (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... pois é uma memória que não renasce de ciúzes, mas que continua, com o calor da coerência e do exemplo, pulsante e criativa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Foi o Congresso do Partido Social-Democrata uma esplêndida afirmação de unidade. Para nós, a unidade não é a unicidade nem a arregimentação dos espíritos; é a comunhão de ideais e a afirmação de vontades responsáveis e disponíveis.

**O Sr. Guerreiro Norte (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Precisamente neste 8.º Congresso se reiterou a nova posição perante o Sr. Presidente da República. Não procuraremos conflitos formais, mas nunca transigiremos com o cíclico aflorar da sua permanente tendência para a colisão com a esfera da acção do Governo. Não se creia que ainda aqui a posição do Partido Social-Democrata seja diversa da que foi, reflectindo o sentir de todos os militantes, a assumida por Francisco Sá Carneiro. O nosso ideário e a nossa firmeza permanecem inalteráveis.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nesta medida, o Partido Social-Democrata mantém-se atento a tudo o que possa constituir, ou tenha já contido, um inadequado uso — pelo Sr. Presidente da República e pelo Conselho da Revolução — de poderes que uma Constituição,

nessa área resultante de uma outorga de sentido autoritário, precariamente lhe conferiu e, peremptoriamente, exige que, nesta ponta final da transição para a democracia plena, a substituição de chefias militares não seja motivo de perturbação, pelo menos latente, nas forças armadas, ...

**O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — ... até porque essa será a melhor via para que elas se possam manter na sua natural vocação de servirem a Pátria, e não a de, num ou noutro caso, e contra a sua vontade, servirem de homenagem a uma ultrapassada «revolução».

**O Sr. José Vitorino (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — As forças armadas são, para todos os portugueses, motivo de orgulho e de confiança, e nada deverá afectar o respeito que a todos, seja qual for a sua posição na hierarquia do Estado, deverão justificar e merecer.

De igual modo, o Partido Social-Democrata mante-se á atento a tudo aquilo que constitua a expressão de uma maioria presidencial. As maiorias que elegem os chefes de Estado findam quando eles são eleitos, e deverão ser eles próprios a ultrapassá-los, pois, se o não fizeram ou se, pelo contrário, neles se apoiam, por mais difusa que seja essa sua acção, estarão a dividir, e não a unir.

**O Sr. Lacerda de Quelros (PSD) — Muito bem!**

**O Orador:** — As únicas maiorias que, ao nível nacional, subsistirão após as eleições serão as parlamentares, e isto, claro está, num regime verdadeiramente democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No cumprimento do mandato que, inequivocamente, lhe foi conferido em 5 de Outubro, a Aliança Democrática não abdicará da sua responsabilidade de assegurar aos Portugueses um governo estável e tudo fará para que esta Assembleia da República, ganhando em eficácia, dê aos Portugueses a imagem deles próprios e da democracia por que optaram.

O Partido Social-Democrata, do seu presidente às suas bases, unidos no mesmo querer e no mesmo projecto, que é o da social-democracia, mantém-se forte e coeso, determinado a transformar Portugal, que é património de todos e que já demonstrou não aceitar ser pertença de alguns.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — O seu próximo horizonte está claramente definido nas conclusões do seu 8.º Congresso e aí foi expressamente sintetizado numa só frase: «construir o futuro», exactamente porque o futuro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, começa em cada momento e embebe as suas raízes no que somos e no que fazemos.

**Aplausos do PSD e do PPM.**

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Mário Tomé renunciou ao direito de fazer hoje a sua declaração política, inscrevendo-se para a fazer na sessão de

amanhã. Por essa razão, as inscrições existentes para o período de antes da ordem do dia estão esgotadas ...

**O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.**

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito pede V. Ex.ª a palavra, Sr. Deputado Carlos Brito?

**O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, era para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado que acabou de intervir.**

**O Sr. Presidente:** — Tem V. Ex.ª a palavra.

**O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado Mário Raposo, ouvi a sua intervenção com atenção e, naturalmente, como comprehende, não estou de acordo com a maior parte das alegações que aqui nos trouxe.**

**Uma voz do PSD:** — E ainda bem!

**O Orador:** — No entanto, como é natural, pois sou curioso destas coisas da política, gostava de lhe pedir um esclarecimento. Na moção-síntese finalmente aprovada no Congresso do PSD suponho que, a certa altura, se recomenda a apresentação de uma candidatura civil para as eleições presidenciais de 1985.

É óbvio que não lhe vou perguntar se já estão a pensar em alguém, porque, se calhar, não me diria, mas, de qualquer maneira, formulava-lhe a seguinte interrogação: significa isto uma autocritica em relação ao candidato que o PSD apoiou em 1980?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Mário Raposo, tem V. Ex.ª a palavra para responder, se assim o desejar.

**O Sr. Mário Raposo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Devo esclarecer o Sr. Deputado Carlos Brito de que pode ficar completamente descansado, porque está imune a qualquer escolha que a Aliança Democrática e o PSD façam da sua pessoa para candidato à Presidência da República em 1985.

*Risos.*

Quanto ao propósito manifestado no Congresso do PSD, ele apenas representou uma perspectiva para daqui a quatro anos, pois é desejável que a sociedade, para ser civilizada, se torna civil.

Nós vivemos ainda num período de transição, parte dos candidatos à Presidência da República em 1980 eram militares, e um militar pode ser um candidato perfeitamente democrático, não há nada que faça objecção a essa escolha, e eu lembro ao Sr. Deputado o facto, que certamente está na sua memória, de dois presidentes notáveis de dois países democráticos — como foram o general Eisenhower e o general De Gaulle — terem sido dois grandes presidentes de Repúblicas civis e, portanto, nada obsta a que se escolha um candidato militar, só que, por uma questão de inserção num projecto para daqui a quatro anos, é desejável que haja um distanciamento em relação a figuras militares, por mais respeitáveis que elas sejam.

Assim, e terminando, devo dizer que a posição assumida pelo Congresso do Partido Social-Democrata

não representou nenhuma autocritica; pelo contrário, representou a afirmação de que o Partido Social-Democrata está sempre aberto a novas perspectivas, pois não é um partido monolítico, está rasgado à construção de um horizonte aberto e desbloqueado.

*Aplausos do PSD e do Sr. Deputado Luis Coimbra (PPM).*

**O Sr. Presidente:** — Dado que os Srs. Deputados que constituem a comissão de redacção do voto comum a toda a Câmara sobre os acontecimentos que tiveram lugar em Espanha ainda não nos comunicaram a conclusão do texto final, e para não perdermos tempo, tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho para uma intervenção.

**O Sr. Roleira Marinho (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Viana do Castelo, quando pensada em termos nacionais, não deixa de ter ligado a si o folclore, as festas populares, encimadas pela internacionalizada Festa de Nossa Senhora da Agonia, a beleza da sua paisagem, que emoldura a ternura e franqueza das suas gentes... enfim, uma cidade, capital de um distrito, para quem os Portugueses olham como se de uma criança se tratasse!...

**Uma voz do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas as crianças crescem, as suas ambições evoluem e, como tal, Viana do Castelo, cidade e distrito, embora pretendendo manter vivas as suas tradições, manter o seu encanto e beleza, não pode parar, tem de projectar-se no futuro e garantir para os seus habitantes melhores condições de vida e bem-estar social, precisando para tal das infra-estruturas indispensáveis que, necessariamente, hão-de emanar das suas vocações próprias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Viana do Castelo é uma cidade marinheira. Dela rumaram frotas na época dos descobrimentos e aí existiu assinalável frota de pesca do bacalhau que a conjuntura nacional e internacional, e as condições do porto, reduziram a quase nada, mantendo-se, contudo, uma ainda significativa frota de pesca costeira!...

Nestas circunstâncias, e pesados os diversos factores — sobretudo turístico-paisagísticos —, houve que pensar na reestruturação e dinamização das actividades ligadas ao mar, lançando-se a reconstrução ou, melhor dizendo, a autêntica construção de um novo porto de mar em Viana do Castelo, com despacho inicial do Governo datado de 2 de Setembro de 1976.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo da Aliança Democrática, atento ao problema do desenvolvimento regional, tem dado a melhor atenção a esta obra e, por despacho do Sr. Primeiro-Ministro de 14 de Março de 1980, foi dotada a verba de 1 280 000 contos, como reforço da verba inicial, que era de 440 000 contos, não só correspondendo ao inerente agravamento dos preços da empreitada por alteração das circunstâncias económicas e sua revisão nos termos contratuais, mas também do aumento do volume dos trabalhos previstos na primeira fase, tais como o prolongamento da regularização da margem norte para montante, em cerca de 1000 m, a construção de uma pequena doca para embarcações de

recreio e a ampliação do cais comercial na margem sul em cerca de 240 m.

Prosseguem em bom ritmo as obras do Porto de Viana do Castelo e, será caso para dizer-lo, podem constituir exemplo de como deveriam ser geridas e processadas as obras públicas em Portugal, tudo levando a crer que os prazos previstos para a sua conclusão, o terceiro trimestre de 1982, serão cumpridos.

São inumeráveis os benefícios que as novas condições do porto trarão à cidade de Viana do Castelo, ao distrito, à província do Minho e à economia do País, desde a possibilidade de expansão das actividades piscatória e comercial do porto, ao alargamento dos horizontes da construção naval, com o peso que aí têm os estaleiros navais de Viana do Castelo — hoje perfeitamente lançados na exportação —, bastando dizer que, nos últimos seis anos, os estaleiros cobraram do estrangeiro qualquer coisa parecida com 106 milhões de dólares.

Os próprios Estaleiros de Viana passam por uma fase de modernização, mas a sua projecção como unidade rentável está intimamente ligada à existência de um porto de mar capaz, o que decerto também é ambição dos 2000 trabalhadores aí em serviço. Outro tanto se poderá dizer da zona industrial que está a nascer nos arredores da cidade e que, por certo, será tanto mais desenvolvida quanto melhores forem as condições do porto, não esquecendo as indústrias e as actividades que existem no interior da província do Minho, nomeadamente em Braga e Guimarães, que muito poderão aproveitar deste pólo de ligação à Europa e ao mundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os órgãos autárquicos locais têm noção do valor que esta obra representa para a região, a qual tem sido analisada nos seus mais variados aspectos, e a conclusão a que se chegou é a de que os benefícios que se colham ultrapassam em muito os pequenos prejuízos circunstanciais, bastando para tanto debruçarmo-nos um pouco sobre os números.

O porto de Viana do Castelo verá, previsivelmente, a sua capacidade de tráfego comercial triplicar — de 200 000 t/ano para 600 000 t/ano e o movimento do seu porto de pesca poderá quadruplicar, passando de 3800 t/ano para 15 000 t/ano. O porto disporá, na primeira fase, de uma área de apoio da ordem dos 15 ha, zona onde se instalarão parques de contentores e camiões TIR; parque de mercadorias, armazéns de separação, armazéns de carga geral, edifícios de apoio e outros.

Todo o investimento referente a esta primeira fase alargada tem sido suportado pelo Orçamento Geral do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Importa ter em conta que as verbas em causa representam um grande esforço, impedindo outras acções que são também urgentes e que as populações reclamam. Mas a verdade é que a Região do Alto Minho merece que o governo da Aliança Democrática contribua para o arranque sócio-económico daquelas populações e, por isso, o investimento é perfeitamente justificável e merece o apoio do Partido Social-Democrata, porque vai ao encontro da vontade generalizada da população. E a minha intervenção nesta Assembleia tem por fim justificar o alcance e valor desta obra, mas

também alertar o Governo para o interesse que há em prever, desde já, a segunda fase que compreenderia a dragagem geral do porto, o cais de turismo, as infra-estruturas terrestres, as redes de abastecimento e esgotos, os acessos rodoviário e ferroviário e o equipamento de exploração portuária, tanto mais que parece existir a hipótese de um financiamento alemão a aplicar na conclusão deste empreendimento, que não poderá deixar de dispor das condições desejáveis.

Srs. Presidente, Srs. Deputados: Aqui deixamos, perante a Assembleia da República, perante os Portugueses, o testemunho público do empenhamento político do Partido Social-Democrata em ver concretizado, a curto prazo, sonho de séculos das gentes de Viana na certeza de que estamos a lutar pelo engrandecimento de uma região e do País e pela melhoria das condições de vida de gente simples e trabalhadora que da cruz do dia-a-dia faz a sua bandeira — os pescadores, os trabalhadores da construção naval, os homens do campo, que também se preparam para competir na exportação, os trabalhadores das mais diversas indústrias, todos, enfim, irmados no mesmo desejo, de verem finalmente a sua cidade e o seu distrito tidos no conceito que merecem no conjunto das cidades e dos distritos de Portugal. Todos, dizia, esperam que o porto de mar de Viana do Castelo seja a nova porta que há-de relançar a região para os grandes desafios que o futuro nos reserva.

*Aplausos do PSD e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, também para uma intervenção, o Sr. Deputado António Mota.

O Sr. António Mota (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Numa muito recente visita a Trás-os-Montes tive o ensejo de contactar com bastantes agricultores, bem como outras pessoas ligadas aos mais variados sectores da vida social dessa região.

Através desses contactos, tomei conhecimento dos diversos problemas que afligem os agricultores transmontanos. Não é que todos os seus problemas sejam diferentes dos restantes agricultores, mas há algumas diferenças e, por isso mesmo, as levanto aqui nesta Assembleia.

A política agrícola da «AD», agora bem coberta com o pretexto da seca, ameaça lançar na ruína milhares de agricultores.

À beira da ruína se encontram milhares de agricultores transmontanos. Os seus problemas têm, por certo, tudo de comum com os problemas que por todo o país os agricultores enfrentam. São as culturas e as colheitas perdidas, é o agravamento dos preços dos factores de produção, são as dificuldades cada vez maiores para escoarem as suas produções, são os preços ruinosos por que são pagos os seus produtos, o gado, etc.

Os problemas regionais que nesta intervenção levanto, mais que traduzirem o drama diário dos agricultores de Trás-os-Montes, são o drama resultante de uma política agrícola que, por todo o país, vai destruindo as débeis e profundamente atingidas estruturas económico-agrícolas das pequenas e médias explorações.

A inventariação dos problemas regionais que depositamos nesta Assembleia constitui um conjunto de

factores imediatos de estrangulamento económico e produtivo, para os quais os agricultores transmontanos reclamam, justificada e legitimamente, solução.

A intempérie destruiu já grande parte das produções de castanha, azeitona, laranja e produções hortícolas, além das culturas outono-invernais, sem que os agricultores disponham de um seguro agro-pecuário ou de indemnizações que os ponham a coberto destes acidentes. Os 30 % de indemnização para a castanha, atribuídos pelo Governo, não só são manifestamente insuficientes como não passam de uma medida isolada.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a par desta dramática situação, outra decorre, contribuindo decisivamente para o frontal agravamento da crise da agricultura transmontana. Parte substancial da produção de azeitona está perdida, mas, enquanto os agricultores suportam o peso total dos prejuízos, os grandes armazénistas recebem um subsídio de 20\$ por litro de azeite, pelo «especial favor» que fazem em vender caro o que compram barato ao produtor; a maçã tem vindo a ser paga ao agricultor a preços ruinosos, não ultrapassando, na maior parte dos casos, e para a maçã de melhor calibre, os 7\$ a 8\$ por quilograma quando a maçã de menor calibre vai apodrecendo às toneladas ou chega a ser paga a 1\$ o quilograma; o vinho da colheita anterior continua ainda, em boa parte, por escoar e a preços baixos e, entretanto, o produto sobe progressivamente no consumidor, em benefício dos «marteleiros» e grandes armazénistas; o preço de gado no produtor vem baixando progressivamente, situando-se já, para a carcaça de bovinos, a níveis entre os 30\$ e os 40\$ mais baixos que no ano anterior.

A situação vêm-se agravando com os novos focos de febre aftosa, que levaram ao encerramento das feiras de Montalegre, Boticas, Chaves, Vimioso e Outeiro. A vacinação começou a ser feita, mas apenas nas zonas atingidas, o que nos leva a invocar o ditado «depois da casa roubada, trancas à porta».

Entretanto, a anunciada intervenção especial da Junta, no mês passado — para lá do benefício da dúvida que lhe concedemos quanto à profundidade da sua intervenção no mercado em matéria de escoamento dos gados — fica-se por preços manifestamente inferiores aos justamente reivindicados pelas organizações dos agricultores, mais não constituindo que uma cobertura ao aviltamento dos preços impostos pelos grandes intermediários. Mais: esses preços da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, por incluirem agora o couro e as miudezas, acabam por ser inferiores aos anteriores, mesmo com o transporte por conta da Junta.

Finalmente, não podemos deixar de denunciar a situação criada em torno de um produto cuja importância para a economia agrícola do Nordeste Transmontano é por todos reconhecida. Trata-se da batata.

Quanto à batata de semente, a liberalização da sua importação não só conduz à marginalização das cooperativas, a um excesso de variedades e à má qualidade e insanidade do produto como contribui para comprometer seriamente a produção nacional, cavando a miséria de milhares de agricultores que, em Trás-os-Montes, se dedicam à sua produção.

E, no entanto, os interesses nacionais exigem a protecção do produtor nacional, através de um claro

empenhamento do Governo não só quanto ao mercado como no respeitante a uma política de desenvolvimento e correcto controlo sanitário e genético da produção de batata de semente. É isto que os agricultores transmontanos exigem ao Governo!

Quanto à batata de consumo, a intervenção, ou melhor, as encomendas feitas pela Junta Nacional de Frutas no Nordeste Transmontano foram tardias e estiveram longe de abranger todos os concelhos, beneficiando assim o negócio e especulação dos grandes armazénistas, chegando a batata a ser paga ao produtor a preços inferiores aos 5\$ por quilograma no princípio da colheita.

Tenha-se ainda presente que, além de uma deficiente intervenção da Junta, o preço que esta praticou, de 7\$50 o quilograma, é um preço ruinoso, que não chega sequer para cobrir os custos de produção. Isto é tanto mais grave quanto o Governo já estabeleceu para a colheita de 1981/1982 estes preços, que são realmente muito baixos.

Entretanto, o preço sobre no consumidor e os grandes intermediários e armazénistas são grandes beneficiários. É assim, para os grandes intermediários e armazénistas, a especulação, os subsídios e a política proteccionistas do Governo e, para os agricultores, a tarefa de semear, o suor e desespero e, finalmente, a expropriação do produto do seu trabalho.

Bem se pode afirmar que a «AD», na caça ao voto, deu um chouriço. Agora, vai buscar o porco. E porco de muitas arrobas!

Quem viu o *País País* na TV, no passado dia 19, pôde ouvir da boca de um agricultor tudo o que afirma, ou seja, o caminhar para a ruína de milhares e milhares de agricultores transmontanos.

#### *Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como não há mais inscrições e a comissão de redacção do texto do voto ainda não concluiu os seus trabalhos, e dado que são 17 horas e 7 minutos, sugeria à Câmara que se fizesse já o intervalo regimental.

Há alguma oposição?

*Pausa.*

Visto não haver qualquer oposição, vamos agora fazer um intervalo de trinta minutos durante o qual convoco uma reunião dos líderes dos grupos parlamentares no meu gabinete. Além disso, pede-me o Sr. Deputado José Nisa para informar os Srs. Deputados que integram a Comissão de Segurança Social, Saúde e Família que a sua reunião terá lugar, também durante o intervalo, no Salão Nobre.

Está suspensa a sessão.

*Eram 17 horas e 10 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 17 horas e 55 minutos.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Canaverde, que a solicitou.

O Sr. Martins Canaverde (CDS): — Sr. Presidente, era para, nos termos regimentais, pedir a prorrogação do intervalo por mais trinta minutos.

O Sr. Presidente: — Está concedida.

Srs. Deputados, a sessão recomeçará às 18 horas e 25 minutos.

*Eram 17 horas e 55 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 35 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai ser lida a moção conjunta de todos os partidos com assento na Assembleia da República sobre a tentativa de golpe militar do dia 23 do corrente mês em Espanha. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Moura Guedes

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou proceder à leitura da moção que resulta do consenso dos representantes dos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do CDS, do PCP, do PPM, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE e que é do seguinte teor:

#### *Moção*

1 — A tentativa de golpe militar do dia 23 em Espanha provocou em todos os portugueses que amam a democracia um sentimento de indignação e revolta.

2 — A trágica memória que ficou do advento do franquismo e do penoso sofrimento de um país dilacerado por terríveis confrontos, perpassou nos espíritos de mistura com uma gélida frustração. As esperanças a que a democracia dera lugar estavam em risco.

3 — Quer os que têm os seus antigos privilégios em perigo, face à emergência das reivindicações populares, quer os fanáticos que se não acomodam ao desmoronar das suas crenças, são hoje os inimigos irredutíveis da democracia espanhola.

4 — Os acontecimentos ocorridos provaram que as forças que apostam na liberdade e no progresso são prevalecentes e que, alertadas pelo sucedido, reafirmarão em qualquer circunstância, a sua vontade de defender os valores da liberdade e da democracia.

A Assembleia da República, na sua primeira reunião plenária, após os graves acontecimentos ocorridos em Espanha, considerando que, em tal emergência, o Estado Espanhol e o rei Juan Carlos, exprimindo a vontade do povo, asseguraram o funcionamento das instituições e fizeram prevalecer as posições favoráveis ao prosseguimento do processo democrático, protesta veementemente contra o golpe desencadeado em Espanha, congratula-se vivamente com a vitória pronta, clara e inequívoca das instituições e das forças democráticas, manifesta-lhes a sua solidariedade e afirma-lhes a sua convicção de que saberão preservar e consolidar o regime democrático.

Sr. Presidente, queria ainda acrescentar que, por consenso unânime, também dos representantes dos grupos parlamentares presentes, foi deliberado solicitar a V. Ex.<sup>a</sup>, Presidente desta Assembleia da Repú-

blica, que depois de aprovada pela Assembleia da República esta moção a mesma fosse imediatamente comunicada às Cortes espanholas.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Embora os aplausos da Câmara sejam suficientemente significativos não poderemos deixar de votar, visto que o Regimento não prevê a figura da aprovação por aclamação.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Era para perguntar se não há discussão da moção por ter havido consenso entre os grupos parlamentares. Isto é, pretendia saber se há apenas declarações de voto, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, parece-me que no ponto de consenso a que chegámos as declarações de voto serão meio suficiente para todos VV. Ex.” tomarem posição em relação à moção.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Portanto haverá declarações de voto?

O Sr. Presidente: — Sim, Sr. Deputado. Declarações de voto haverá com toda a certeza, mas de acordo com o tempo regimental.

Srs. Deputados, se houver consenso nesse sentido, e pelo adiantado da hora, poderíamos proceder à votação, sem prejuízo das subsequentes declarações de voto e da posição que cada um entendesse tomar.

*Pausa.*

Vamos então proceder à votação da moção sobre os acontecimentos ocorridos em Espanha no passado dia 23.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, foi portanto aprovada a moção que exprime o consenso desta Câmara e, na sequência da solicitação que me foi feita por todos os partidos, hoje mesmo providenciarei para enviar ao Sr. Presidente do Congresso de Deputados de Espanha o texto integral da referida moção.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha, para o que dispõe de três minutos.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista aprovou esta moção de protesto contra a tentativa de golpe militar antidemocrático ocorrido em Espanha pelas razões que já foram expostas. Mas mais do que explicar as razões convém também tirar alguns ensinamentos daquilo que se passou ao nosso lado.

Em primeiro lugar, refiro-me ao ensinamento de que a liberdade e a democracia nunca são bens adquiridos definitivamente, pois podem ser sempre postos

em perigo. O preço da liberdade é a eterna vigilância e desse aforismo foi-nos dado em Espanha um exemplo.

Por outro lado, a crença do povo e dos representantes eleitos pelo povo na democracia e nas instituições democráticas é também um dos principais meios para que a liberdade não possa perecer assassinada por um grupo de militares antidemocráticos.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — E quando se fala de crença em democracia, conforme nos foi mostrado em Espanha não se pode falar em crença numa democracia abstracta e teórica com pretexto na qual se pretende assassinar a democracia concreta vigente.

Todos nós sabemos que quando se pretende derrubar a democracia se alega sempre que se quer construir uma democracia melhor, um regime mais puro, mais cristalino e mais justo. E não foi por acaso que os nazis se intitulavam nacional-socialistas. Eles pretendiam também, segundo eles dizem, construir um regime socialista. Aliás, há muitos partidos fascistas que se chamam nacional-democráticos ou que têm quaisquer outras designações semelhantes. Mas o que esses partidos antidemocráticos têm em comum é o contestar a democracia concreta para, sobre as suas ruínas, construir aquilo que eles dizem que será uma democracia melhor, mas que nós sabemos, com toda a certeza, ser a ditadura, muitas vezes ultrapassando até as intenções dos iniciadores desse processo antidemocrático.

Os acontecimentos de Espanha mostram-nos que a única democracia que se pode defender em Espanha, como em Portugal, é a democracia concreta, é a democracia constitucional; tenha ela como chefe de Estado, em Espanha, um rei, ou tenha ela como chefe de Estado, em Portugal, um presidente. O que interessa é defender a democracia constitucional e, dentro dos processos constitucionais vigentes, defender naturalmente as transformações que se entenderem ou desejem por meio do voto popular.

É nesse sentido que é particularmente importante o papel desempenhado pelo chefe de Estado da democracia constitucional em Espanha, ou seja o rei D. Juan Carlos. O rei D. Juan Carlos não foi eleito pelo povo, o que mostra que a origem electiva de um órgão de soberania tem importância, mas mais importância têm a actuação concreta desse órgão de soberania ou desse representante do poder político. O que interessa fundamentalmente é saber se esse órgão de soberania ou esse representante do poder político defende concretamente a democracia, porque também nós temos conhecimento de representantes do povo, de que aliás Hitler é um exemplo, já que foi também eleito pelo povo, que se servem do seu mandato para destruir a democracia.

Verifica-se que, em Espanha, o rei, como comandante supremo das forças armadas, utilizou os poderes concretos que detinha — e aliás não foi por acaso que ele apareceu na televisão fardado com as suas condecorações, que simbolizavam os seus poderes de comandante supremo das forças armadas. Quero com isto dizer que entendo ser necessário que o chefe de Estado tenha a possibilidade, como se demonstra necessariamente nas situações de perigo, de ser o

comandante real, e não puramente teórico, das forças armadas, para assim as subordinar efectivamente ao único poder que existe, que é o poder democrático exercido ao abrigo da Constituição.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, sabemos até por uma entrevista dada anteontem por Jorge Semprun na televisão francesa que a hipótese de uma tentativa de golpe militar antidemocrático foi aflorada numa entrevista que fez ao rei de Espanha no dia 20 de Janeiro. Isto demonstra que se via poder existir esse perigo em Espanha, como em todos os países, desde o momento em que os cidadãos e os democratas se não unam sempre em todas as emergências para defender a democracia que tem um nome em Espanha e em Portugal, que é a democracia constitucional.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Brito, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, também para uma declaração de voto.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com a nossa participação na moção conjunta de todos os partidos da Assembleia da República e com a votação favorável que acabámos de fazer, tal como pretendíamos com a moção que o nosso partido apresentou e com a intenção de votarmos as moções apresentadas pelos demais partidos, o Grupo Parlamentar do PCP quer, antes de tudo, condenar firmemente a tentativa de golpe desencadeada em 23 de Fevereiro em Espanha, com a qual forças fascistas pretendiam fazer retroceder o processo de democratização e liquidar as liberdades e os direitos conquistados pelos trabalhadores e pelos povos do país vizinho.

Em segundo lugar, o PCP pretende manifestar à classe operária e ao povo de Espanha, bem como às forças democráticas espanholas, a par da nossa constante solidariedade, o regozijo dos comunistas portugueses por ter fracassado a tentativa de golpe reacionário e por, nesta grave emergência da vida política espanhola, terem prevalecido as posições favoráveis ao prosseguimento do processo democrático.

Isto mesmo comunicámos logo aos nossos camaradas do Partido Comunista de Espanha com os quais nos mantivemos em permanente contacto durante o decorrer dos graves acontecimentos, possuídos daquela preocupação que, estamos certos, tocou todos os verdadeiros democratas portugueses.

Não queremos deixar de sublinhar, a propósito, que partilhamos da opinião de outros de que os acontecimentos no país vizinho comportam ensinamentos importantes para nós portugueses e sobre os quais importa reflectir.

Confirma-se, como exuberantemente tem demonstrado a experiência portuguesa, que a democracia só pode ser defendida, construída e consolidada por democratas. A guarda da democracia não pode ser entregue aos seus inimigos. A democracia não pode ser guardada por fascistas.

Confirma-se que o respeito e o acatamento da Constituição e o clima de prestígio das instituições democráticas, dos órgãos de soberania e designadamente

do primeiro na hierarquia constitucional é um esteio de grande importância para a defesa da democracia.

Confirma-se que aqueles que colocam acima de tudo a defesa das liberdades e da democracia se sabem unir à volta destes objectivos sobrepondo-os, quando a democracia está em causa, às diferenças de opinião e às divergências políticas e ideológicas.

Confirma-se como ensinamento de grande importância para Portugal — e que foi já sublinhado pelo meu partido — que há que dar o maior relevo à necessidade de assegurar, de forma adequada, para hoje e para amanhã, o compromisso das forças armadas com o regime democrático e constitucional português, em fidelidade aos ideais libertadores do 25 de Abril e ao papel histórico que os militares patriotas desempenharam no derrubamento da ditadura fascista em Portugal.

O Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — É significativo que aqueles que não têm muita autoridade para falar em democracia, porque se bateram pouco ou nunca se bateram por ela e que até muitas vezes instingam contra ela, logo tenham, a propósito da tentativa do golpe fascista em Espanha, invocado o chamado sequestro da Assembleia Constituinte.

Nós, os comunistas, condenámos na altura ...

*Risos do PSD, do CDS e do PPM.*

... temos condenado e condenamos sempre ...

*Risos.*

... o local escolhido e as formas que assumiu a manifestação de trabalhadores da construção civil realizada em Novembro de 1975 e que tem merecido a designação de sequestro da Constituinte.

Mas essa condenação, que aqui reassumimos, na coerência das nossas posições de sempre, não permite que se confunda uma luta e uma acção meramente laboral e com objectivos meramente laborais ...

*Protestos do PSD.*

... com um golpe caracterizadamente fascista como foi o de 23 de Fevereiro, em Espanha, e que se iniciava com a detenção do Governo ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pedia-lhe o favor de abreviar.

O Orador: — Estou a terminar, Sr. Presidente.

Dizia eu, que se iniciava com a detenção colectiva do Governo e dos deputados através de um acto de violência. E certamente que os Srs. Deputados que tiveram ocasião de viver os dois acontecimentos — os acontecimentos de Novembro de 1975, em S. Bento, e que viram agora na televisão as imagens do que aconteceu no Parlamento Espanhol em 23 de Fevereiro —, retiraram as suas conclusões.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado, pedia-lhe o favor de abreviar a sua intervenção, pois já gastou quase o dobro do tempo de que regimentalmente dispunha.

O Orador: — Estou a terminar, Sr. Presidente.

E ali, Srs. Deputados, estava bem patente a violência, a brutalidade, o terror, com que a extrema-direita actua nestas circunstâncias.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — Olha a cassette!

**O Orador:** — Aqueles que procuram confundir as duas coisas suscitam-me esta interrogação: estão verdadeiramente solidários com as forças democráticas e as instituições democráticas em Espanha ou procuram, a partir dos acontecimentos espanhóis, organizar um novo ataque à democracia portuguesa e fazer novas discriminações contra os trabalhadores?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, peço muita desculpa por o voltar a interromper, mas já excede largamente o tempo de que regimentalmente dispunha.

**O Orador:** — Esta interrogação é legítima, Srs. Deputados. Invocando os precedentes da constituinte, quero dizer o seguinte: Srs. Deputados estão de certa maneira a perdoar o golpe fascista, a procurar a absolvição de...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, a sua declaração de voto é uma declaração sobre as motivações de um determinado voto pelo que lhe peço o favor de condensar as suas declarações. V. Ex.<sup>a</sup> já excedeu o tempo de que dispunha regimentalmente. Já gastou sete minutos e só dispunha de três. Há mais Srs. Deputados que querem usar da palavra. Peço-lhe pois o favor de concluir, porque não queria, de maneira nenhuma, numa declaração de voto sobre um tema que a todos nos uniu, ter que chamar de novo a sua atenção ou eventualmente ter de lhe cortar a palavra.

Sr. Deputado, dispõe de mais um minuto, no fim do qual lhe retirarei a palavra.

**O Orador:** — Termino já, Sr. Presidente.

Nós, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos firmemente confiados que esta grave provação por que acaba de passar a democracia espanhola será um ponto de partida para um grande recuo das forças reaccionárias em Espanha e para um grande reforço das forças democráticas, o que com certeza se seguirá pela via de unidade de todos os democratas.

E para finalizar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, só isto: em Espanha como em Portugal, estamos firmemente seguros: o fascismo não voltará!

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, depois da bela unanimidade que se estabeleceu sobre o texto desta moção, pedia a VV. Ex.<sup>a</sup> que confinassem as declarações de voto à simples motivação do sentido do vosso voto, em interpretações recíprocas do valor do voto dos outros, e que respeitassem o tempo regimental.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart, dispondo de três minutos.

**O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todas as provocações fascistas têm merecido da nossa parte permanente repúdio e continuarão a merecer-lo. E temos autoridade para o fazer — não é uma posição de circunstância ou sequer que careça de justificação. Ela tem uma justificação natural no nosso passado de luta antifascista, em Portugal, ou mais propriamente no passado de luta antifascista dos militantes do MDP/CDE.

Seguimos com apreensão os acontecimentos da passada segunda-feira em Espanha pelo que representavam de inadmissível violência sobre um órgão de soberania de representantes eleitos pelo povo espanhol e ainda porque nos sentimos solidários com o povo que viu ameaçado o seu regime democrático e que, tal como o povo português, esteve sujeito a uma das mais longas e ferozes ditaduras que a Europa conheceu.

Nestas circunstâncias, sentimo-nos solidários com os deputados das Cortes espanholas, reafirmamos a nossa condenação da tentativa de golpe fascista e expressamos a nossa satisfação pela capacidade das instituições democráticas espanholas em reagirem e vencerem esta crise por que passou o país vizinho.

Mas se manifestarmos a nossa solidariedade às forças democráticas do país vizinho, não queremos deixar de retirar a primeira lição que, no nosso entender, esta tentativa golpista suscita: é a de que dificilmente a democracia, onde quer que seja, será consolidada quando em postos chave da hierarquia do aparelho de Estado, seja civil, seja militar, se mantêm elementos não identificados com o regime e as instituições democráticas. É também para nós, portugueses, uma lição que importa permanentemente reter.

Com frequência, temos afirmado que no nosso país o regime democrático tem atravessado situações de perigo e que por vezes, contra ele, se têm verificado atitudes de mais ou menos directa hostilização. Nas divergências naturais entre as forças do campo democrático, continuamos a considerar indispensável que, perante uma democracia ainda não suficientemente institucionalizada, os democratas se entendam neste objectivo fundamental: que é contra os inimigos da democracia — contra aqueles que ainda são porta-voz das forças do passado, contra aqueles que ainda sonham com um regime como aquele que foi derrubado em 25 de Abril — que os democratas devem unir-se e saber, permanentemente, pôr a força da sua unidade contra essas tentativas desesperadas e por vezes golpistas, como a situação em Espanha há três dias nos demonstrou.

*Aplausos do MDP/CDE, do PCP e da UEDS.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé, para o que dispõe de três minutos.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os graves acontecimentos ocorridos em Espanha mereceram da opinião pública democrática o mais veemente protesto e indignação. Mas esses acontecimentos devem merecer também uma profunda reflexão de todos os amantes da liberdade. O que se passou em Espanha não foi um acidente nem uma aventura nem tão-pouco pode considerar-se

um acontecimento sem relacionamento com o que no nosso país se passa.

O franquismo, em Espanha, teve uma evolução para aquilo a que a hipocrisia política designa de monarquia democrática. Mas que bela democracia que manteve intactas as forças de repressão franquistas que durante dezenas e dezenas de anos reprimiram, torturaram a assassinaram os melhores filhos do povo. Uma democracia que mantém subjugados os povos de Espanha aos interesses dos grandes capitalistas de Madrid. Uma democracia que torturou até à morte um combatente antifascista e nacionalista basco. Uma democracia que aos golpes da extrema-direita militar respondia com prisões simbólicas dos seus autores para rapidamente os reintegrar e até promover.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A tentativa de golpe fascista em Espanha não foi uma acção isolada ou uma aventura de doidos. O que na realidade se passou foi de acordo com um plano geral e bem elaborado por parte da hierarquia militar espanhola e das forças paramilitares. Com esse plano, visava-se tomar conta do poder e impor de novo o terror franquista em Espanha. Tal como no Chile de Salvador Allende, também este golpe pode ter funcionado como manobra exploratória para mais tarde se tentar desencadear o golpe decisivo.

E ao contrário do que as forças burguesas têm tentado fazer acreditar, o rei franquista apenas não aderiu ao golpe, quando para isso foi solicitado, por meras conveniências de momento. Educado por Franco, ligado aos sectores mais reaccionários do exército e das polícias, o rei ...

**O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Ao contrário!**

**O Orador:** — ..., teve neste golpe um papel ambíguo. Só falou ao povo passadas largas horas sobre o desencadear do golpe, permitiu, descuidado, a intervenção dos golpistas no Parlamento, não condenou abertamente o golpe nem rejeitou o apoio que os revoltosos lhe expressavam!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O povo espanhol não confia no Estado capitalista espanhol para condenar e castigar os responsáveis pelo falhado golpe fascista. Se o Estado repressivo do capital tomasse as medidas que o povo exige contra os seus próprios agentes da repressão, estava a debilitar-se e a condenar-se irremedavelmente. Além disso, os povos de Espanha não esquecem que os responsáveis visíveis deste golpe já tinham participado num golpe anterior — a chamada «Operação Galáxia» — e que o castigo que lhes coube foi o de serem promovidos.

Os povos de Espanha não vão permitir que o terror franquista regresse. A luta, o sangue, os heróis no passado, no presente e no futuro serão a garantia do caminho da liberdade e da independência para os povos de Espanha. O reflexo do que se passou está bem expresso nas *manchettes* dos jornais de hoje: «Calvo Sotelo constitui gabinete mais conservador»; «Para além do falhanço do golpe, onde está a vitória da democracia?»; os acontecimentos de Espanha devem alertar o povo português para a sua própria situação, em que as forças militares e policiais estão sujeitas a uma hierarquia que não dá quaisquer garantias na defesa da democracia. Devemos interrogar-nos

sobre quantos chefes militares portugueses não estariam a torcer pelos fascistas espanhóis.

Para a UDP, só o povo unido e organizado em torno das suas organizações de classe e da luta contra o capitalismo e o imperialismo, que são, na verdade, o leito onde são concebidos os golpes fascistas, pode fazer triunfar a democracia e a liberdade.

As forças da democracia burguesa, aqui e em Espanha, conciliam com os fascistas, reprimem as lutas populares e no fundo desarmam as forças populares, que só elas têm a capacidade e a coragem de dar a resposta que os fascistas merecem.

Basta ver como aqui nesta Assembleia se identificaram duas acções tão antagónicas como a do chamado cerco à Assembleia Constituinte, em Novembro de 1975, e o golpe fascista espanhol. Pode haver maior ambiguidade e sinal de conciliação ou mesmo de apoio às forças reaccionárias?

Os trabalhadores que em Novembro de 1975 encheram a praça de S. Bento fizeram-no em nome dos interesses legítimos que não eram tidos em conta pelas forças conciliadoras do Governo.

É uma verdadeira provocação aos trabalhadores qualquer identificação entre estes dois actos: um de justo, legítimo e democrático protesto popular, e o ouro, antipopular, reaccionário, golpista-fascista.

A UDP está com o povo, esteve com a manifestação da construção civil aqui em S. Bento e aponta-a como exemplo de luta popular e democrática, assim como estará firmemente ao lado do povo e à sua frente contra todos os golpes reaccionários e fascistas, assumindo todas as consequências.

*Durante esta intervenção assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaut.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

**O Sr. Lopes Cardoso (UEDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As lições que, em nosso entender, devem ser retiradas dos recentes acontecimentos em Espanha foram já enunciadas claramente pelo meu camarada César Oliveira, pelo que não vou repeti-las. Mas gostaria de aproveitar esta oportunidade para me congratular pelo voto unânime desta Assembleia e para fazer um outro voto — o voto de que a unanimidade com que esta Assembleia condenou a tentativa de golpe em Espanha, a unanimidade com que esta Assembleia manifestou a sua solidariedade para com a democracia espanhola, pudesse traduzir um idêntico empenhamento unânime desta Assembleia pela defesa da democracia em Portugal. Porque se assim acontecer a democracia em Portugal não será posta em causa e, realmente, o fascismo não passará.

*Aplausos da UEDS, do PS e da ASDI.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Moura Guedes.

**O Sr. Moura Guedes (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes da breve declaração de voto que vou fazer, queria salientar o facto de que considero perfeitamente condenável o aproveitamento que algumas declarações de voto se fez de uma

questão de tanta gravidade como esta do frustrado golpe em Espanha. Não aceitamos que o PCP, usando o tom agressivo que utilizou, pela boca do Sr. Deputado Carlos Brito...

**O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — ..., procure dar lições às outras bancadas em matéria de respeito pelas liberdades, quando ninguém neste país tem dúvida das responsabilidades que lhe cabem no cerco dos deputados na Assembleia Constituinte e em outros atentados à liberdade.

*Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e da ASDI.*

Mas não entraremos por este caminho — tenho pena que se tenha entrado — deste tom de agressão e de instrumentalização de um voto de tanta importância.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aquilo que os sociais-democratas querem dizer é que a liberdade e a democracia têm de se defender com clareza e em momentos como este temos de nos unir na sua defesa — e aqui faço minhas as palavras do Sr. Deputado Lopes Cardoso. Penso que este voto que aprovámos traduz alguma coisa de profundo, de são e de válido neste país: é que realmente quando chega uma hora de perigo para a democracia como esta os partidos são capazes de se unir. E é pena que algumas vozes, depois, venham introduzir notas discordantes num momento como este, que devia ser de grande unidade e de grande defesa dos valores democráticos e da liberdade.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — E nós, sociais-democratas, temos alguma autoridade para o fazer. Muitos de nós, durante os cinquenta anos do antigo regime, lutaram por essa liberdade e por essa democracia. Durante estes sete anos temos lutado sempre contra toda a espécie de forças totalitárias que nos queriam roubar a democracia conquistada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É por isso que neste momento aquilo que nos interessa não é entrar em querelas sobre as funções do Chefe do Estado ou sobre os comportamentos dos outros partidos. Aquilo que nos interessa é dizer aos nossos irmãos espanhóis, aos democratas de Espanha, que estamos com eles e estaremos com eles na defesa da democracia e da liberdade, ameaçados pelo golpe militar que o Estado Espanhol, o rei e sobretudo o povo de Espanha souberam bem dominar numa esperança de institucionalização da democracia no país irmão.

A nossa saudação para os democratas de Espanha.

*Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e da ASDI.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Leitão Paulo.

**O Sr. Leitão Paulo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados:** No momento em que, nesta Assembleia, se debate um voto de repulsa pelos recentes acontecimentos políticos ocorridos no país vizinho e amigo, não poderíamos deixar de votar a favor e de

declarar a nossa firme solidariedade para com as forças democráticas espanholas que, com serenidade e decisão, puderam desmontar e aniquilar o movimento sedicioso que se propunha a um regresso ao passado, pondo termo ao exercício dos direitos, liberdades e garantias conquistadas pelo povo espanhol.

Dos acontecimentos verificados em Espanha ocorre-me, como deputado à Assembleia Constituinte, estabelecer um certo paralelismo com o verificado em Portugal; quando aqui, neste hemicílio, os deputados constituintes sofreram o sequestro, vítimas das forças que então julgavam deter o Poder e que, através da ditadura, se propunham assegurá-lo no desrespeito da vontade popular livremente expressa e que, aqui, soberanamente a representava e exercia.

Do paralelismo das duas situações, parece podermos concluir que a acção dos que se propõem destruir a democracia para impor a ditadura são sempre forças totalitárias que atacam como primeiro alvo a instituição que é a alma da própria democracia, e que é a Assembleia Parlamentar.

**Vozes do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — E isto porque as forças extremistas, que trazem a ditadura na alma e a democracia nos lábios, sabem perfeitamente que só destruindo o baluarte da representação nacional, que reflecte o são confronto das diversas ideologias e a que chamas de pluralismo político, será possível dominar por cima o Estado, que depois tritura todas as liberdades e escraviza a alma nacional.

Ao contrário do que aconteceu com o sequestro da Constituinte Portuguesa, que foi montado e executado por motins ululantes ao serviço de conhecidas forças de esquerda antidemocrática, as Cortes Espanholas foram alvo de um ataque de indivíduos fardados que pouco terão a ver com as genuínas forças armadas, essas sim, empenhadas na construção do Estado democrático daquele país irmão.

E ao contrário do que sucedeu em Portugal em 1975, onde o Presidente da República de então nada fez para dominar a situação, é o Chefe do Estado e o Governo espanhóis que, agindo solidariamente, conseguem, em algumas horas, repor a normalidade democrática no país.

Isto demonstra, à evidência, que só um governo forte, legitimamente apoiado pela maioria do eleitorado e que inclui, obviamente, as forças armadas, será capaz de garantir a força do direito e de democracia para subjugar as aventuras de desespero ou intentonas fadadas ao insucesso e ao apróprio popular, sem que sejam necessárias instituições de índole revolucionária, como eloquentemente se acaba de demonstrar em Espanha, para sufocar os revoltosos.

Os nossos colegas deputados espanhóis, que acabam de passar a dura prova da violência antidemocrática, merecem uma palavra de congratulação e solidariedade, especialmente pela forma como enfrentaram os seus inimigos, sem dar o triste espectáculo que se verificou entre nós, de qualquer deles colaborar ou conspirar com os atacantes.

**Vozes do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — É pois com regozijo e a firme convicção de que a democracia nas duas pátrias Ibéricas

continuará a trilhar o seu caminho, cada vez mais empenhada na elevação e bem-estar dos seus povos, que saudamos fraternalmente a nação espanhola, o seu Governo e os seus deputados nesta hora de merecida vitória.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Igualmente para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miranda.

**O Sr. Jorge Miranda (ASDI):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A ASDI votou favoravelmente a moção apresentada e votou-a pelos considerandos que dela constam e também pelos considerandos do voto que nós próprios tínhamos apresentado.

Queremos aproveitar esta oportunidade para saudar o povo espanhol, os deputados espanhóis e as forças armadas espanholas que souberam resistir à tentação antidemocrática e que souberam caminhar em frente na senda da democracia.

Creamos que nós, em Portugal, estamos atentos ao que se passa em Espanha. Um fatalismo histórico quase constante tem levado a um paralelismo de situações políticas de regimes em Portugal e em Espanha. Por isso, a vitória da democracia em Espanha é também a vitória da democracia em Portugal.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi aqui, de várias bancadas, feita referência ao sequestro que sofreram os deputados à Assembleia Constituinte em 12 e 13 de Novembro de 1975. Foi feita referência, de uma banda, de certa maneira para desculpabilizar o golpe fascista intentado em Espanha, de outra banda, para desculpabilizar o significado objectivamente antidemocrático que teve também o sequestro da Assembleia Constituinte em 1975. Quanto a isso queremos dizer que não há golpes bons e golpes maus, não há violência antidemocrática boa e violência anti-democrática má ...

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

**O Orador:** — ... não há sequestros bons quando são feitos por trabalhadores e maus quando são feitos por guardas civis.

*Aplausos da ASDI, do PSD, do CDS, do PPM, da UEDS e de alguns deputados do PS.*

Todo o sequestro, toda a violência feita contra os representantes do povo, todos os actos que objectivamente venham pôr em causa o exercício dos direitos políticos, a legitimidade democrática são condenáveis.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

**O Orador:** — Não queremos confundir o que foi o sequestro da Assembleia Constituinte em 1975 com o sequestro do Parlamento espanhol em 1981.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

**O Orador:** — São diferentes. Mas, na medida em que outros tentaram aproximar-los, queremos dizer que condenamos com igual veemência quer o sequestro de 1975 quer o de 1981. A nossa luta pela democracia, pela liberdade, pelo pluralismo, pela Consti-

tuição tem de ser a mesma, sejam quais forem os adversários dessa democracia, dessa liberdade, dessa Constituição. Devemos estar sempre vigilantes, devemos estar sempre firmes na defesa dos princípios democráticos. Não devemos supor que eles apenas são atacados de um lado pois podem ser atacados de vários lados.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

**O Orador:** — A nossa grande defesa tem de ser, mais do que a unidade, a coerência para sempre condenarmos todos os atentados, venham eles de onde vierem, sejam quais forem os motivos, sejam quais forem as circunstâncias.

*O Sr. Manuel Moreira (PSD):* — Muito bem!

**O Orador:** — Associando-nos ao que já disseram os Srs. Deputados Salgado Zenha e Lopes Cardoso, queremos também formular o voto de que, para além da provação que a Espanha viveu, para além da provação que Portugal poderia viver se o golpe em Espanha tivesse triunfado, a democracia se constrói no dia-a-dia, que, para lá da união e da unidade nas provações, tem de haver uma união no fundamental, uma união na procura de um consenso democrático, de um consenso constante, de um consenso que se traduza, nomeadamente, na procura e na adesão a uma ordem constitucional ao serviço de todo o povo, do povo português que aqui representamos. A democracia que temos, como porventura a democracia que existe em Espanha, terá defeitos mas, como já foi dito, é a única que temos, é a única que tivemos nos últimos 50 anos. Tudo aquilo que por acto ou omisão venha a vulnerá-la ou venha a enfraquecer-la, objectivamente serve os seus adversários.

O nosso voto é o de que, nos momentos que hão-de vir, nas dificuldades que havemos de enfrentar, seja possível manter essa unidade no fundamental, seja possível construir uma democracia ao serviço de todos, de todos os cidadãos, porque a democracia não é apenas o regime dos democratas mas o regime de todos os cidadãos.

*Aplausos da ASDI, do PSD, do PS, do PPM e da UEDS.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**O Sr. Borges de Carvalho (PPM):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apoiada pela instituição real e pela vontade do seu povo, pode a Espanha passar do franquismo a um regime plenamente democrático e pode libertar-se das grilhetas que durante tantos anos a eles e a nós manetaram.

Apesar desta grande verdade, que é o drama e a glória da democracia, que é a de respeitar as liberdades, mesmo daqueles que contra ela se movimentam ilegitimamente, em todos os países se mantêm sempre forças que, de forma ilegítima, procuram combatê-la.

Quanto ao papel do rei, já aqui realçado pelo Sr. Deputado Salgado Zenha, permita-se-nos que, como monárquicos, acrescentemos que não é só a personalidade de D. Juan Carlos que devemos enalte-

cer nesta altura. Quanto a nós, para além dela, há as próprias virtualidades do sistema eminentemente democrático que são as monarquias constitucionais, o que por toda a Europa à saciedade se verifica.

**O Sr. António Moniz (PPM): — Muito bem!**

**O Orador:** — O nosso voto foi, pois, de protesto e de condenação daqueles que, não suportando a democracia pluralista, que não suportando essa grande realidade, que é o gozo de direitos por todos os homens, sem exceções, utilizam meios ilegítimos para a pôr em causa, meios esses que não são afinal mais do que a imagem do crime contra a inteligência, que consiste em considerar-se dono da verdade e a recusar a liberdade aos outros em benefício da sua própria.

É também um voto de congratulação pela forma como os democratas espanhóis conseguiram levar por diante a democracia, apesar do ataque que lhe foi movido. É um voto de esperança, de confiança e de desejo na continuidade democrática não só de Espanha, mas da península, uma vez que, como também já aqui foi afirmado, o que se passa em Espanha de perto nos toca e o que a nós nos toca aos Espanhóis diz respeito.

É, pois, com essa palavra de confiança na continuidade das instituições que votámos a favor da moção.

*Aplausos do PPM e do PSD.*

## ORDEM DO DIA

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, entramos agora na primeira parte do período da ordem do dia.

Para proceder à leitura de um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos, concedo a palavra ao Sr. Deputado António Moniz.

**O Sr. António Moniz (PPM): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:**

Em reunião realizada no dia 26 de Fevereiro de 1981, pelas 14 horas e 30 minutos, foi apreciada a seguinte substituição de deputados, solicitada pelo Partido Socialista:

António Fernandes da Fonseca (círculo eleitoral do Porto), por José Luís Ferreira Araújo. Esta substituição é pedida por um período não superior a três meses.

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido Partido no concernente círculo eleitoral.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por maioria, com a abstenção do Deputado da União Democrática Popular.

Palácio de S. Bento, 26 de Fevereiro de 1981. — A Comissão: Secretário, José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Aníbal Duarte e Duarte Chagas (PSD) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva (PSD) — Mário Marques Ferreira Maduro (PSD) — Nicolau Gregório de Freitas (PSD) — Valdemar Cardoso Alves (PSD) — Alfredo Pinto da Silva (PS) — António Jacinto Martins Canaverde (CDS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Fernando de Almeida Sousa Marques (PCP) — António Cardoso Moniz (PPM) — Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI) — António Manuel de Carvalho F. Vitorino (UEDS) — Helena Tâmega Cidade Moura (MDP) — Mário António Baptista Tomé (UDP).

**O Sr. Presidente:** — O relatório e parecer está em discussão.

*Pausa.*

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência da UDP.*

**O Sr. Presidente:** — Entramos no ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, que é o pedido de urgência, solicitado pelo Governo, para a discussão da proposta de lei n.º 8/II, sobre a condução de veículos sob a influência do álcool.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peço a palavra.**

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente:** se me permite, eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me informasse como é que essa matéria foi incluída na ordem de trabalhos, porque, que eu saiba, a ordem de trabalhos é elaborada pelo Presidente da Assembleia da República em obediência ao artigo 27.º do Regimento, cumprindo as disposições dos artigos 65.º e seguintes, e em nenhuma conferência dos representantes dos grupos parlamentares esse problema foi posto.

Não quero com isto dizer que tenho qualquer objecção em conceder urgência à discussão pedida, embora possa dizer desde já que estranho que, estando já agendado um projecto de lei, apresentado por um partido com assento nesta Assembleia, sobre a mesma matéria se venha pedir urgência para a discussão de uma proposta do Governo que, naturalmente, deve ser discutida conjuntamente com o projecto de lei, salvo erro, do PS.

Portanto, a questão que primeiramente ponho é meramente processual, mas que por isso mesmo é importante, que é a de saber como é que essa matéria foi agendada sem que a conferência dos grupos parlamentares tenha sido ouvida.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, não lhe posso prestar a informação que me solicita visto que não

assisti à última reunião dos líderes parlamentares nem tive qualquer interferência no assunto. Os colegas secretários da Mesa informam também que não deram nenhuma determinação a esse respeito, pelo que presumo que deve ter sido ...

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Um mero lapso.

**O Sr. Presidente:** — ... por indicação do Sr. Presidente.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Não pode ser. O Sr Presidente não dá indicações contrárias ao Regimento, porque nós conhecemos-lo. Portanto deve tratar-se de um lapso.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, dispensar-me-á de fazer considerações a respeito dessa afirmação. Não se trata de um lapso porque não há aqui nenhum lapso nesta matéria. Alguém determinou que a ordem do dia fosse acrescentada deste ponto, é evidente.

Não pode haver lapso de dactilografia porque a dactilógrafa apenas passaria as indicações que lhe fossem dadas. Todavia não posso dizer ao Sr. Deputado quem deu essas indicações mas presumo que foi o Sr. Presidente.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Sr. Presidente, digo que deve ter sido por lapso de quem deu as instruções, e com certeza não da dactilógrafa. Isto é, quem deu a instrução na altura não pensou bem na instrução que deu, seja quem for que a tenha dado.

Mas a verdade é que da ordem de trabalhos da última reunião não constava isso, não foi anunciado que era incluído, não houve nenhuma reunião dos representantes dos grupos parlamentares onde isso tivesse sido estabelecido; logo, a ordem de trabalhos não pode conter essa matéria.

**O Sr. Presidente:** — V. Ex.<sup>a</sup> tem inteira razão. Do meu ponto de vista, como Presidente da Mesa, dou-lhe inteira razão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Nisa, julgo que para se pronunciar também sobre este incidente.

**O Sr. José Nisa (PS):** — Exacto, Sr. Presidente.

De facto, esta proposta de lei chegou à Comissão de Segurança Social e Saúde, se me não engano, na semana passada. Acontece que, entretanto, na documentação que acompanhava a proposta o Governo pedia urgência, mas não recebemos nenhum despacho do Presidente da Assembleia no sentido de incluir na agenda de hoje esta matéria, e admitimos que, efectivamente, tal como já foi aqui dito, se pode fazer a discussão conjunta desta proposta de lei e do nosso projecto de lei.

Acontece simplesmente que o Governo não está aqui presente, como seria lógico que acontecesse, para explicar o que é que se entende por urgência.

Nós entendemos que haverá toda a utilidade em aqui presente, como seria lógico que acontecesse, para na Comissão, uma vez que o nosso projecto já está agendado há mais de um mês, projecto esse de longa história nesta Assembleia.

Não estando aqui o Governo para explicar o que é que entende por urgência, nem podendo ninguém dar essas explicações, é um pouco insólito que estejamos a decidir sobre aquilo que não sabemos.

**O Sr. Moura Guedes (PSD):** — Sr. Presidente, nós também não temos nada a opor.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a questão levantada é pertinente. Se de facto não havia sido aprazada a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, afigura-se-me que ele poderá ser discutido oportunamente, ou, como o Sr. Deputado José Nisa sugeriu, que esta proposta de lei seja discutida em conjunto com o projecto de lei do Partido Socialista, que já está agendado. O Sr. Deputado Moura Guedes já deu a sua aquiescência e assim se resolveriam as questões.

Assim sendo, salvo qualquer alteração feita pela conferência dos líderes parlamentares, fica esclarecido que a proposta de lei será debatida conjuntamente com o projecto de lei sobre a mesma matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Presidente. Srs. Deputados: Tem sido nesta Assembleia prática corrente que quando um projecto está agendado para discussão e entra ainda a tempo uma iniciativa de qualquer outro partido os diplomas sejam discutidos conjuntamente.

Por conseguinte, nós nunca faríamos qualquer objecção a que uma proposta do Governo fosse discutida conjuntamente com o nosso projecto de lei, que já esteve apresentado na anterior sessão legislativa e que está agendado, como disse o Sr. Deputado José Nisa, há mais de um mês.

Realmente, o pedido do processo de urgência deixava-nos um tanto surpreendidos porque ficamos sem saber se esse pedido implicava que essa proposta de lei passasse à frente, na ordem de trabalhos, do nosso projecto, ou então, deixaria de ter qualquer utilidade.

Mas já que o Governo não está presente e o Sr. Deputado Moura Guedes acabou de dizer que a melhor solução é a de fazer-se a discussão conjunta, nós não podemos objecções, ficando-nos, todavia, a dúvida das intenções do Governo acerca deste pedido de processo de urgência.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Amaral.

**O Sr. Rui Amaral (PSD):** — Sr. Presidente, é apenas para esclarecer que a intenção deste pedido de urgência não era no sentido de que esta proposta de lei fosse apreciada antes do projecto de lei apresentado pelo Partido Socialista. Era, sim, no sentido de tratar com urgência o problema que aborda. Portanto, estamos perfeitamente de acordo em que a proposta de lei e o projecto do PS sejam discutidos simultaneamente.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, assim sendo passamos à apresentação do projecto de lei n.º 136/II, sobre a validade dos géneros alimentares pré-embala-

dos, apresentado pela ASDI, para o que dou a palavra ao Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.

**O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A importância económica e social do consumo de bens e serviços é de uma evidência que claramente se impõe, quer consideremos o consumo como motor e etapa de processo económico, quer como meio de satisfação das necessidades reais do cidadão, ou até medida do seu bem-estar e promoção social.

Abstraímos aqui e agora da questão que poderia e talvez devesse pôr-se sobre como entender o lugar do consumo no ciclo económico. Por outras palavras: se o consumo de bens se deve situar e definir dentro dos parâmetros fornecidos por uma actividade económica orientada para a satisfação das necessidades reais das pessoas, ou se apenas o devemos considerar de um ponto de vista de defesa do consumidor, face a uma actividade económica soberana.

É este último aspecto do problema que nos merecerá alguma, embora breve, explicitação.

Em qualquer sociedade de hoje, perante a dicotomia estabelecida entre oferta de bens e consumo das pessoas, se raciocinarmos em termos de poder, é manifesto que é o consumidor que normalmente se situa numa posição de inferioridade.

Logo, carecido de protecção, qual sujeito económico passivo, presa fácil de explorações ou de atentados a interesses e direitos fundamentais que, por legítimos, lhe devem ser reconhecidos.

Neste contexto se tem vindo a aprofundar e a tutelar; mais ou menos por toda a parte, um certo número de direitos do consumidor, por forma a estabelecer-se, à sua roda, suficiente armadura defensiva contra toda uma série de ofensivas que lhe são dirigidas, desde a publicidade à organização e o poder económico dos vendedores.

Seguindo de perto o Programa da Comunidade Económica Europeia para uma Política de Protecção e Informação dos Consumidores, poderemos agrupar os direitos do consumidor em cinco categorias fundamentais: direito à protecção da saúde e segurança; direito à protecção dos interesses económicos; direito à reparação dos danos; direito à informação e educação, e direito à representação.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Cada uma destas categorias determina a enunciação de um elenco programático, dirigido à materialização de cada um dos direitos aludidos, enunciados no ponto 14 do mesmo Programa.

Se da área da CEE passarmos à dos Estados membros da OCDE vamos encontrar, a este respeito, a enunciação de políticas globais de apoio ao consumidor, com o suporte e reconhecimento de idênticos direitos, sendo certo que, em qualquer das referidas áreas, muitos dos Estados membros, para além da aceitabilidade dos princípios, entraram já muito francamente pela via da tutela legislativa dos interesses e direitos do consumidor.

Interessa-nos, naturalmente, muito mais saber e tratar de como se passam as coisas entre nós.

A defesa do consumidor, enquanto «fim do Estado», é institucionalmente referida no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho, como objectivo a

promover no âmbito da Direcção-Geral do Comércio Interno, criada pelo Decreto-Lei n.º 329-C/74, de 10 de Julho, na Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 136/76, de 11 de Fevereiro, criou mesmo, no seio do Ministério do Comércio Interno, o cargo de Subsecretário de Estado para a Defesa do Consumidor.

Anteriormente, algumas medidas tecnocráticas haviam sido já tomadas que disciplinaram, especificamente, certas matérias afins, o que tudo são, afinal, emanações da atenção que o legislador comum tem vindo a dispensar ao consumidor como sujeito carecido de protecção.

Essa protecção veio, porém, a assumir dignidade constitucional. De facto, entre as incumbências prioritárias do Estado, alfabetadas no artigo 81.º da Constituição, conta-se a protecção ao consumidor, designadamente através do apoio à criação de cooperativas e de associações de consumidores.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Por mais complacentes que quiséssemos ser para com os responsáveis, a verdade é que não podemos escusar-nos a constatar a inexistência de uma política global que contemple articuladamente a generalidade dos grandes problemas que interessam ao consumidor.

A consequência tem sido, naturalmente, o aparecimento de legislação parcelar, e não vemos maneira de contrariar essa tendência sem que uma tal política global seja definida e articulada.

O Governo, no seu Programa, dedica a esta matéria apenas cinco linhas, em que se afirma que a defesa do consumidor será sua preocupação dominante, a qual se exprimirá através de uma actuação pronta e eficaz da fiscalização económica e do apoio a conceder às associações de consumidores, promovendo-se, igualmente, a audição destas sobre as questões que se prendam com o seu objectivo.

Para um governo que se quer de legislatura haveremos de convir que é muito pouco.

A míngua de uma política global para o sector, não se estranhe que, para preencher um tal vazio, venham a surgir iniciativas legislativas no seio desta Assembleia e não se estranhe, outrossim, que a ASDI tenha avançado com o projecto de lei n.º 136/II, que me encontro a apresentar e ao qual outros se seguirão na mesma área, pois há situações da vida real que se não compadecem com a falta da regulamentação jurídica que eficazmente as proteja.

É a problemática da validade dos géneros alimentícios pré-embalados que o projecto de lei n.º 136/II pretende contemplar, validade essa que se faz incluir, obrigatoriamente, nos rótulos de alguns desses géneros.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 314/72, de 17 de Agosto, os rótulos dos géneros alimentícios pré-embalados, nacionais ou estrangeiros, vendidos ou expostos à venda ao público, no mercado interno do continente ou ilhas adjacentes, deverão conter determinadas indicações, por forma a que o rótulo cumpra a sua função directa e imediata, qual seja a de elucidar o consumidor acerca da natureza e atributos do produto e que possibilite realizar opções conscientes de compra e o seu consumo dentro do período de tempo adequado.

**O Sr. Gomes Carneiro (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas essas indicações apenas foram tornadas obrigatórias, para a generalidade dos produtos, no que respeita ao seu nome, ao conteúdo líquido e à identificação do produtor, embalador, importador, armazémista ou retalhista, o mesmo não acontecendo quanto à menção do período da sua validade.

Ora, sendo a alimentação uma base fundamental da vida e sendo cada vez mais intenso o consumo de géneros alimentícios pré-embalados, sendo ainda certo que uma boa parte deles estão sujeitos, pela sua natureza, a reduzido período de inalteração das suas qualidades, parece-nos justificar-se que se estenda a providência da obrigatoriedade a um número sucessivamente progressivo desses géneros alimentícios.

**O Sr. Gomes Carneiro (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — E assim se providencia quanto ao leite e produtos lácteos; diversos tipos de alimentos dietéticos; ovos e respectivas conservas; pastas de carne e de fígados de porco e de ganso; salsichas; conservas de toda a natureza e emulsões gordas — manteiga, margarina, cremes e pastas gordas.

Sobre o articulado do projecto de lei n.º 136/II, desejamos ainda fazer sobressair duas notas e uma observação.

Anotaríamos, assim, que se procura regulamentar a matéria em sintonia com as propostas de directiva do Conselho das Comunidades Europeias para a aproximação das legislações dos Estados membros, propostas de directiva aprovadas, de resto, pelo Parlamento Europeu, por deliberação de 2 de Agosto de 1976. Não poderá ser isto indiferente para quem, como nós, pugna pela inserção de Portugal no seio das Comunidades Europeias.

Anotaríamos, também, que se prevê a entrada em vigor da lei que propomos a esta Assembleia só passado um ano sobre a sua publicação, dado que não podem desprezar-se outros interesses em jogo, que são igualmente merecedores de atenção, como sejam os dos produtores e embaladores de géneros alimentícios, a quem se propiciará um período de adaptação à nova regulamentação.

A observação que ainda faremos respeita à equiparação da rotulagem feita com desrespeito das normas contidas no projecto, às infracções previstas nas alíneas a) ou c) do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 41/204, de 24 de Julho de 1957.

Apesar de reconhecermos quão desactualizados se encontram os normativos deste diploma e daí que, sem dificuldades, a Assembleia tenha já dado autorização legislativa ao Governo, que a não aproveitou, em tempo oportuno e devido, de legislar sobre a matéria, pareceu-nos que, de momento, deveríamos bastar-nos, na nossa iniciativa, com o recurso à legislação ainda vigente.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Julgamos ter feito ressaltar os aspectos fundamentais da nossa iniciativa. Estamos abertos às críticas e aos contributos que a melhorem e enriqueçam. Um propósito justo e correcto nos norteou: a protecção da saúde e a segurança do consumidor de géneros alimentícios pré-embalados. Se alcançaremos a meta desejada, a Assembleia o dirá.

*Aplausos da ASDI, do PS e de alguns deputados do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Miranda.

**O Sr. Joaquim Miranda (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Naturalmente que não vou pôr em causa a razoabilidade do projecto de lei que agora foi apresentado. De resto, ele enquadra-se nos princípios que nós próprios aqui referimos aquando da apresentação do nosso decreto-lei sobre associações de defesa do consumidor, nomeadamente quando referimos a necessidade de legislar no sentido de salvaguardar os interesses dos consumidores.

Não estando em causa a questão da razoabilidade deste projecto de lei, a sua apresentação leva-nos a pôr algumas questões.

A primeira é esta: os problemas que hoje surgem ao nível do consumidor derivam da falta de legislação adequada ou do não cumprimento da legislação existente. Se quisermos, os problemas que hoje se colocam ao nível do consumidor decorrem da conjugação destas duas situações: a falta de legislação adequada e dispersa e a não aplicação da própria legislação que existe. Saliento a questão da denúncia e queixa recentemente apresentada pelo Sindicato dos Magistrados do Ministério Público contra a Direcção-Geral da Fiscalização Económica.

Outra questão, e que em certa medida o Sr. Deputado já referiu, é a de este projecto de lei se reportar a géneros alimentícios pré-embalados.

Mas são, no entanto, conhecidas muitas outras situações verdadeiramente escandalosas a outros níveis, e o problema que se coloca é este: não será também urgente e necessário tomar medidas com vista à resolução de problemas como hoje acontece ao nível do vinho, do azeite, da venda de produtos farmacêuticos, que são internacionalmente considerados como perniciosos, do abastecimento irregular de peixe, de carne e dos matadouros clandestinos?

*Neste momento assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Martins Canaverde.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder ao pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.

**O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Joaquim Miranda: As perguntas que o Sr. Deputado formulou apenas me consentem três minutos de resposta, visto que há apenas um Sr. Deputado interpellante. Contudo, dir-lhe-ei que qualquer delas, como soe dizer-se, dava pano para mangas. Efectivamente, poderíamos estar aqui a discutir durante muito tempo sobre qualquer um dos pontos que suscitou ou que lhe foram suscitados pela apresentação do nosso projecto de lei.

Todavia, quer-me parecer que essas questões extravazam completamente do objectivo do nosso projecto de lei. Se me perguntar se estou ou não de acordo em que há imensas lacunas legislativas relativamente a toda uma defesa do consumidor, que deve preocupar o legislador e também esta Câmara, a resposta tem de ser afirmativa.

Contudo, não há dúvida nenhuma de que este projecto de lei vem de encontro a uma das inquietações e preocupações do Sr. Deputado, visto que ele vem procurar preencher uma lacuna legislativa, na medida

em que não pretendemos com ele alterar a legislação vigente. Pelo contrário, temos a preocupação de preencher um autêntico vazio. Daí que a minha resposta seja a de onde houver vazios legislativos há, naturalmente, que preenchê-los.

Com este projecto de lei tivemos essa preocupação. Aliás, no decorrer da minha intervenção disse que a ASDI tem em carteira outros projectos relativamente à área da defesa do consumidor.

Naturalmente que o Sr. Deputado preocupar-se-á — e eu também dei conta da nossa preocupação — da inexistência de uma política global que seja definida a nível governamental na área da defesa do consumidor. Não nos caberá a nós, evidentemente, definir essa política global. Mas poderemos fazê-lo, se o Governo não o fizer, naturalmente que temos capacidade, pois neste caso nem sequer se trata de uma alternativa de política. Trata-se da apresentação *in novo* de uma autêntica política de defesa do consumidor.

**Vozes da ASDI e do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, apresentado por Srs. Deputados do Partido Socialista, da UEDS e da ASDI, entrou na Mesa um voto de protesto, que será lido e discutido amanhã.

Deram também entrada na Mesa os seguintes projectos de lei: apresentado pelo Partido Social-Democrata, sobre a criação da freguesia de S. Caetano, no concelho de Cantanhede, que toma o n.º 148 e baixa à 16.ª Comissão; apresentado pelo Partido Socialista, sobre a criação da freguesia de Vila Verde, no concelho de Seia, com o n.º 149, que baixa igualmente à 16.ª Comissão; com o n.º 150, apresentado pelos Srs. Deputados da ASDI, sobre a isenção de taxas para deficientes auditivos, que baixa à 8.ª Comissão; apresentado ainda pela ASDI, sobre a protecção dos consumidores de alimentos congelados, que toma o n.º 151, que baixa à 2.ª Comissão, e apresentado pelo Partido Social-Democrata, com o n.º 162, sobre o funcionamento dos serviços consulares, que baixa à 13.ª Comissão.

Srs. Deputados, devíamos agora proceder à votação do relatório da Comissão de Regimento e Mandatos acerca do pedido de comparência do Sr. Deputado Valdemar Cardoso Alves no Tribunal Judicial de Águeda para ali depor como testemunha de defesa. Entendeu-se que o voto deve ser secreto e a Mesa pensa que, dado o adiantado da hora, teremos de encerrar aqui os nossos trabalhos.

**O Sr. Magalhães Mota (ASDI):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito?

**O Sr. Magalhães Mota (ASDI):** — Era apenas para solicitar a posição da Mesa e, provavelmente, dos restantes grupos parlamentares quanto ao seguinte: como é sabido, nós tínhamos marcado a ordem do dia da sessão de hoje para discussão do projecto de lei n.º 129/II, sobre o reforço das condições de independência da actividade dos jornalistas.

Portanto, perguntamos se é entendimento da Mesa que, não tendo sido iniciada a discussão desse pro-

jecto de lei hoje, tal matéria é transferida para amanhã.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, a Mesa pensa que, antes de mais nada — e o problema já no outro dia aqui foi colocado, e coloca-se perante o artigo 71.º, n.º 4, do Regimento —, na sessão de amanhã haverá a continuação da discussão da Ratificação n.º 66 e a seguir será feita a apresentação do vosso projecto de lei.

Portanto, Srs. Deputados, vamos encerrar aqui os trabalhos de hoje. A próxima reunião será amanhã, às 10 horas, com a ordem de trabalhos que acabou de ser anunciada.

Está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 50 minutos.*

#### *Deputados que entraram durante a sessão:*

##### **Partido Social-Democrata (PSD)**

Dinah Serrão Alhandra.  
Fernando José da Costa.  
Fernando José Sequeira Roriz.  
Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.  
Jaime Adalberto Simões Ramos.  
José Ângelo Ferreira Correia.  
José Augusto de Oliveira Baptista.  
José de Vargas Bulcão.  
Manuel da Costa Andrade.  
Manuel Maria Portugal da Fonseca.  
Manuel Ribeiro Arruda.  
Pedro Augusto Cunha Pinto.  
Rui Alberto Barradas do Amaral.  
Virgílio António Pinto Nunes.

##### **Partido Socialista (PS)**

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
António de Almeida Santos.  
António de Sousa Gomes.  
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.  
Fernando Torres Marinho.  
Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
João Alfredo Félix Vieira Lima.  
João Cardona Gomes Cravinho.  
João Francisco Ludovico da Costa.  
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
Júlio Francisco Miranda Calha.  
Luís Filipe Nascimento Madeira.  
Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

##### **Centro Democrático Social (CDS)**

Adalberto Neiva de Oliveira.  
Alberto Henriques Coimbra.  
Alfredo Albano de C. Azevedo Soares.  
Armando Domingues D. Ribeiro de Oliveira.  
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
Eugenio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
Francisco António Lucas Pires.  
Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.  
Henrique José C. M. Pereira de Moraes.  
Henrique Manuel Soares Cruz.  
João Lopes Porto.  
João da Silva Mendes Morgado.

José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.  
 José Girão Pereira.  
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Domingos Abrantes Ferreira.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

**Acção Social-Democrata Independente (ASDI)**  
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.

*Deputados que faltaram à sessão:*

**Partido Social-Democrata (PSD)**

Álvaro Barros Marques Figueiredo.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Arménio dos Santos.  
 João Afonso Gonçalves.  
 João Aurélia Dias Mendes.  
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.  
 Maria Helena do Rego C. Salema Roseta.  
 Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro.  
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.

**Partido Socialista (PS)**

Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 Alfredo Barroso.  
 António Azevedo Gomes.  
 António Cândido Miranda Macedo.  
 António Fernandes da Fonseca.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 António José Vieira de Freitas.  
 António Marques Ribeiro Reis.  
 António Manuel Maldonado Gonelha.  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.

Fausto Sacramento Marquês.  
 Guilherme Gomes dos Santos.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 Joaquim José Catanho Menezes.  
 Jorge Fernando Branco Sampaio.  
 José Luís Amaral Nunes.  
 Mário Alberto Lopes Soares.  
 Rui Fernando Pereira Mateus.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.  
 Diogo Pinto Freitas do Amaral.  
 Francisco Manuel L. V. de Oliveira Dias.  
 José Augusto Gama.  
 Luís Filipe Paes Beiroco.  
 Luísa Maria Freire C. Vaz Raposo.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Ruy Garcia de Oliveira.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Álvaro Barreirinhos Cunhal.  
 Álvaro Favas Brasileiro.  
 Armando Teixeira da Silva.  
 Lino Carvalho de Lima.

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.

**Acção Social-Democrática Independente (ASDI)**

António Luciano P. Sousa Franco.

**Rectificação ao n.º 22, de 28 de Janeiro de 1981**

Na p. 782, col. 2.ª, penúltimo parágrafo, onde se lê «O Sr. Gaspar Mendes (PSD)», deve ler-se «O Sr. Aurélia Mendes (PSD)».

A REDACTORA DE 1.ª CLASSE, *Ana Maria de J. Santos Marques da Cruz*,